

3.15
12.08.20

Aprovado pelo CS
2014.8.12

João Carvalho das Neves
Presidente do Conselho
Direção

ACSS Administração Central
do Sistema de Saúde, IP

Ministério da Saúde
Relatório e Contas 2013



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA SAÚDE

www.acss.min-saude.pt

Relatório e Contas 2013
1.º e 2.º volumes do
Relatório e Contas

Alexandre Lourenço
Vice-Presidente

Índice

1.	Apresentação	1
2.	Enquadramento macroeconómico	3
3.	Políticas Contabilísticas	12
4.	O Programa Orçamental de Saúde	12
5.	Execução económico-financeira do SNS na lógica das contas nacionais	15
6.	Recursos do SNS	18
7.	Desempenho Assistencial do SNS – Produção e Tempos de Espera.....	18
8.	Desempenho económico-financeiro do SNS.....	36
8.1	Serviço Nacional de Saúde – Entidades do perímetro.....	36
8.2	Processo de consolidação	38
8.3	Síntese das demonstrações financeiras consolidadas	39
8.3.1	Balanço Consolidado	39
8.3.2	Demonstração dos Resultados Consolidados.....	40
8.3.3	Outros indicadores económico-financeiros	40
9.	Demonstrações Financeiras Consolidadas	42
9.1	Serviço Nacional de Saúde (SNS)	42
9.1.1	Balanço Consolidado, em 31 de dezembro – Ativo	42
9.1.2	Balanço Consolidado, em 31 de dezembro – Fundos Próprios e Passivo (SNS).....	44
9.1.3	Demonstração dos Resultados Consolidados, em 31 de dezembro – Custos e perdas (SNS)	45
9.1.4	Demonstração dos Resultados Consolidados, em 31 de dezembro – Proveitos e ganhos (SNS)	46
9.1.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados, em 31 de dezembro (SNS).....	47
9.2	Setor Público Administrativo (SPA)	48
9.2.1	Balanço Consolidado, em 31 de dezembro – Ativo	48
9.2.2	Balanço Consolidado, em 31 de dezembro – Fundos Próprios e Passivo (SPA).....	50
9.2.3	Demonstração dos Resultados Consolidados, em 31 de dezembro – Custos e perdas (SPA)	51
9.2.4	Demonstração dos Resultados Consolidados, em 31 de dezembro – Proveitos e ganhos (SPA)	52
9.2.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados, em 31 de dezembro (SPA).....	53
9.3	Setor Empresarial do Estado (SEE)	54

9.3.1	Balanço Consolidado, em 31 de dezembro – Ativo	54
9.3.2	Balanço Consolidado, em 31 de dezembro – Fundos Próprios e Passivo (SEE)	56
9.3.3	Demonstração dos Resultados Consolidados, em 31 de dezembro – Custos e perdas (SEE)	57
9.3.4	Demonstração dos Resultados Consolidados, em 31 de dezembro – Proveitos e ganhos (SEE)	58
9.3.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados, em 31 de dezembro (SEE)	59
9.4	Setor Empresarial do Sistema Nacional de Saúde (MS-SEE)	60
9.4.1	Balanço Consolidado, em 31 de dezembro – Ativo	60
9.4.2	Balanço Consolidado, em 31 de dezembro – Fundos Próprios e Passivo.....	62
	(MS-SEE) 62	
9.4.3	Demonstração dos Resultados Consolidados, em 31 de dezembro – Custos e perdas (MS-SEE).....	63
9.4.4	Demonstração dos Resultados Consolidados, em 31 de dezembro – Proveitos e ganhos (MS-SEE).....	64
9.4.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados, em 31 de dezembro.....	65
	(MS-SEE) 65	

Anexos:

Anexo 1 – Balanço Social 2013

Anexo 2 – Relatório Anual sobre o Acesso a Cuidados de Saúde do SNS - 2013

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Peso % da despesa total em saúde no PIB (2010)	4
Gráfico 2 – Despesa total de saúde, <i>per capita</i> (2010).....	5
Gráfico 3 – Relação entre o crescimento do PIB <i>per capita</i> e o crescimento da Despesa total em saúde <i>per capita</i> (2001-2010)	6
Gráfico 4 – Evolução da despesa corrente em saúde, pública e privada (2000-2012)	7
Gráfico 5 – Despesa corrente em saúde por agente financiador (2000-2011).....	7
Gráfico 6 – Despesa corrente em saúde por prestadores de cuidados de saúde (2000-2011)	8
Gráfico 7 – Despesa com medicamentos <i>per capita</i> e em % do PIB (2010).....	9
Gráfico 8 – Evolução do peso em % da despesa total em saúde no PIB e da esperança média de vida nascença em Portugal	10
Gráfico 9 – Anos de vida saudável à nascença e PIB per capita (2008-2010)	11
Gráfico 10 – Anos de vida saudável à nascença e despesa em saúde <i>per capita</i> (2008-2010).....	11
Gráfico 11 - Distribuição da Despesa Corrente.....	14
Gráfico 12 - Evolução do número de receitas renováveis entre 2011 e 2013.....	19
Gráfico 13 - Evolução do número de consultas domiciliárias de enfermagem entre 2011 e 2013....	19
Gráfico 14 - Evolução do número de consultas hospitalares entre 2005 e 2013	20
Gráfico 15 - Evolução do número de primeiras consultas hospitalares entre 2005 e 2013.....	20
Gráfico 16 - Percentagem de consultas realizadas em 2013, dentro e fora dos TMRG, por região de saúde e entidades não SNS.....	24
Gráfico 17 - Percentagem de consultas realizadas em 2013, prioritárias e muito prioritárias, dentro e fora dos TMRG e, destas, as realizadas em mais de 150 dias, por região de saúde e entidades não SNS	24
Gráfico 18 - Evolução da LIC e mediana de TE da LIC entre 2006 e 2013	26
Gráfico 19 - Evolução das Saídas de LIC entre 2006 e 2013	27
Gráfico 20 - Diagrama referente às notas de transferência e vales cirurgia emitidos em 2013	27
Gráfico 21 - Produção cirúrgica em hospitais convencionados entre 2006 e 2013.....	28
Gráfico 22 - Tempo de resolução da LIC (em meses) entre 2006 e 2013	28
Gráfico 23 - Evolução dos atendimentos urgentes entre 2009 e 2013	30
Gráfico 24 - Percentagem de atendimentos por tipologia de serviços de urgência	30
Gráfico 25 - Distribuição de atendimentos de acordo com a triagem de Manchester	30

Índice de quadros

Quadro 1 – Indicadores macroeconómicos	3
Quadro 2 - Despesa por classificação Económica.....	13
Quadro 3 - Variação da Despesa.....	13
Quadro 4 - Variação da Despesa das ARS (bens e serviços)	14
Quadro 5 - Receita Cobrada SNS.....	16
Quadro 6 - Despesa SNS	17
Quadro 7 - Evolução da utilização de consultas médicas nos cuidados de saúde primários entre 2011 e 2013.....	18
Quadro 8 - Número de consultas hospitalares no SNS, nas especialidades com maior atividade em 2012 e 2013.....	21
Quadro 9 - Número de pedidos de consulta inscritos, totais e por 1000 habitantes nos anos de 2012 e 2013, por região de saúde e entidades não SNS	21
Quadro 10 - Dinâmica dos pedidos inscritos em consulta entre 2011 e 2013	22
Quadro 11 - Consultas realizadas no ano de 2013, segundo a prioridade atribuída no pedido e a prioridade atribuída na triagem	22
Quadro 12 - Número de consultas realizadas e tempo médio de resposta ao pedido de consulta, em dias, segundo a prioridade na triagem, segundo o destino dos pedidos, nos anos de 2012 e 2013.....	23
Quadro 13 - Tempo médio de resposta e mediana do tempo decorridos até à realização da primeira consulta, em 2012 e 2013 (consultas realizadas*).....	23
Quadro 14 - Evolução global da oferta cirúrgica entre 2006 e 2013	25
Quadro 15 - Evolução dos indicadores de procura entre 2006 e 2013	25
Quadro 16 - Evolução dos indicadores de oferta em neoplasias malignas entre 2006 e 2013.....	29
Quadro 17 - Evolução dos indicadores de procura em neoplasias malignas entre 2006 e 2013.....	29
Quadro 18 - Perímetro de consolidação (2013).....	37
Quadro 19 - Evolução das classes do Balanço Consolidado.....	39
Quadro 20 - Evolução dos Custos, Proveitos e Resultado Líquido Consolidados	40
Quadro 21 - Indicadores Financeiros.....	40
Quadro 22 - Indicadores Económicos.....	41

Siglas e abreviaturas

ACES – Agrupamento de Centros de Saúde
ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde
ARS – Administração Regional de Saúde
ARS Alentejo – Administração Regional de Saúde do Alentejo
ARS Algarve – Administração Regional de Saúde do Algarve
ARS C – Administração Regional de Saúde do Centro
ARS LVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
ARS N – Administração Regional de Saúde do Norte
CTH – Consulta a Tempo e Horas
D – Definitivo
EPE – Entidades Públicas Empresariais
H – Hospital
HD – Hospital de Dia
INE – Instituto Nacional de Estatística
IP – Instituto Público
IPC – Índice de preços ao consumidor
ISFLSF – Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias
LIC – Lista de Inscritos para Cirurgia
M€ – Milhões de euros
MCDT – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica
MS – Ministério da Saúde
NIF – Número de Identificação Fiscal
OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico
OE – Orçamento do Estado
Op. – Operados
Op. H. Conv. – Operados em Hospitais convencionados
Op. H. Prot. – Operados em Hospitais protocolados
Op. H. Pub. – Operados em Hospitais públicos
PAEF – Programa da Assistência Económico e Financeiro
PIB – Produto Interno Bruto
PPC – Paridades de poder de compra
PPP – Parcerias Público Privadas
SEE – Setor Empresarial do Estado
SICTH – Sistema de Informação Consulta a Tempo e Horas
SIGIC – Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia
SNS – Serviço Nacional de Saúde
SPA – Setor Público Administrativo
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério de Saúde
TE – Tempo de espera

TMRG – Tempo Máximo de Resposta Garantido
UCC – Unidade de Cuidados Continuados
ULS – Unidade Local de Saúde
USF – Unidade de Saúde Familiar
Var – Variação
WHO – World Health Organization
pp – pontos percentuais



1 Apresentação

Portugal atravessa uma grave crise económica e financeira, percepcionando-se a possibilidade de impactos acrescidos no acesso a cuidados de saúde. A manutenção de um SNS sustentável, forte, coeso e de qualidade é determinante para que a globalidade dos cidadãos tenha acesso a cuidados de saúde, sendo este um dos aspetos mais relevantes para a própria coesão social do nosso País. Tal como nas restantes áreas das políticas públicas, a política de saúde tem sido condicionada pela necessidade de contribuir para a consolidação orçamental do País. Ainda assim, é exigível que o SNS assegure o acesso com qualidade a cuidados de saúde a todos os portugueses.

Na continuação de anos anteriores, o ano de 2013 é marcado pela aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), com natural impacto no setor da saúde, através da adoção de determinadas medidas tendo em conta o aumento da eficiência e da eficácia do Sistema Nacional de Saúde (SNS), induzindo a uma utilização mais racional dos serviços e controlo de despesas.

Foi preocupação em 2013, consolidar e desenvolver as medidas estabelecidas no ano anterior, no sentido de manter um controlo efetivo sobre a despesa e atingir as metas estabelecidas. Este plano pretendia igualmente gerar poupanças adicionais nos custos operacionais.

Para isso, durante o período de assistência financeira, ficou o Governo com a responsabilidade de adotar diversas medidas aumentar a eficiência do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Com efeito, a grande maioria das medidas recaiu sobre os custos de produção através da redução dos custos com pessoal, medicamentos e meios complementares de diagnóstico, e aumento da atividade e oferta de serviços nos vários níveis de cuidados de saúde. Por outro lado, procurou-se continuar a regularização de pagamentos junto dos diferentes pagadores do SNS.

Apesar da redução de custos operacionais alcançada, verificou-se uma redução do financiamento do setor, permitindo um melhoria marginal dos resultados operacionais do SNS e conseqüente redução do ritmo de acumulação de pagamentos em atraso. Efetivamente, nos últimos anos o Estado tem tentado, sem êxito, controlar o crescimento das dívidas em atraso nos vários setores das administrações públicas e nas entidades públicas empresariais do setor da saúde. Malgradadamente, a análise das experiências do passado com programas de redução dos pagamentos em atraso demonstra apenas efeitos temporários. Com efeito, os diferentes atores do setor da saúde não têm interiorizado, ao longo dos anos, a restrição financeira existente, sendo as instituições como entidade abstrata, a prestação de cuidados à população, e o SNS como um todo, afetados pelo seu desempenho.

Neste contexto, em 2013 procurou-se iniciar o processo de planeamento estratégico da rede hospitalar. Este reforço da posição acionista do Setor Empresarial do Estado pressupõe a devida articulação com o desenvolvimento das redes de cuidados de saúde primários e cuidados continuados integrados, assegurando-se a melhoria da experiência do cidadão pela gestão mais efetiva dos cuidados, o planeamento de cuidados e gestão da doença crónica na comunidade e a racionalização e especialização nos cuidados agudos. O plano estratégico trianual, com horizonte rolante, inclui a definição de objetivos estratégicos, principais linhas de ação, plano de

investimentos, mapa de pessoal e projeções económico-financeiras para o período, bem como a explicitação dos ganhos de eficiência e de produtividade que permitam garantir a sustentabilidade a médio prazo da unidade hospitalar. As entidades passam, assim a ter um único instrumento previsionar trianual, o qual é aprovado pela Tutela, através da unificação de todos os instrumentos previsionais existentes, nomeadamente o plano de negócios, mapa de pessoal, plano de investimentos, plano de desempenho, plano de ajustamento e demonstrações financeiras previsionais.

Ao nível do modelo de compra de serviços, como se constata pelos dados de acesso, o SNS não só tem mantido o nível de acesso aos cuidados de saúde verificado em anos anteriores, como também tem vindo a melhorar o acesso aos cuidados de saúde pelos portugueses. Por esse motivo, os utentes do SNS, pela adequada utilização do serviço, e os profissionais, cujo esforço diário e dedicação resulta em mais e melhores cuidados de saúde, devem congratular-se pelos resultados alcançados.

Igualmente, marcante em 2013, foi o desenvolvimento do *Microsite* de «Monitorização do Serviço Nacional de Saúde», alojado no sítio institucional da ACSS (www.acss.min-saude.pt), o qual permite a divulgação de informação sobre as diferentes dimensões de análise do Sistema de Saúde (acesso, eficiência, efetividade, produção e satisfação) a públicos-alvo diversos, entre outros, cidadãos em geral, utentes do SNS, profissionais de saúde, decisores políticos e académicos. Esta ferramenta inovadora é essencial na gestão de cada instituição e da rede hospitalar, possibilitando um maior conhecimento do desempenho do SNS por parte dos cidadãos e das comunidades e o reforço dos mecanismos de transparência e de responsabilização da gestão, da prestação e do consumo de cuidados de saúde.

Dá-se ainda nota do Decreto-Lei n.º 138/2013, de 9 de outubro, que vem sistematizar as formas de articulação do Ministério da Saúde e dos estabelecimentos e serviços do SNS com IPSS. Na sequência de recomendações do Tribunal de Contas e de despachos do Governo vem, ainda, clarificar a necessidade dos acordos com as IPSS serem precedidos de um estudo, que avalie a economia, eficácia e eficiência do acordo, bem como a sua sustentabilidade. Adicionalmente, tornar o modelo mais flexível do ponto de vista dos procedimentos através da aplicação do Código dos Contratos Públicos, prevendo-se a possibilidade de colocar todos os prestadores privados e do setor social, perante regras e mecanismos de aplicação que garantam um ambiente de atividade transparente e com adequado funcionamento das regras de mercado. Paralelamente, no âmbito do setor convencionado, o Decreto-lei n.º 139/2013, de 9 de outubro, vem estabelecer um quadro jurídico coerente, perceptível e efetivo no âmbito da celebração de convenções para a prestação de cuidados de saúde, mais consonante com a atual realidade de prestação de cuidados de saúde, mantendo como princípio a liberdade de escolha e a concorrência entre prestadores do setor privado e social.

O enfoque do relatório de gestão é essencialmente económico-financeiro, nos termos do previsto na portaria citada, não sendo seu objetivo analisar política de saúde nem resultados ou ganhos em saúde.

2 Enquadramento macroeconómico

O ano de 2013 foi assinalado pela continuidade de um ambiente macroeconómico crítico e de incerteza, na sequência da crise da dívida soberana na Zona Euro, e em particular de Portugal. Durante o período mais recente, a economia portuguesa tem sido confrontada com um exigente processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos.

Este ajustamento, concretizado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira, tem-se traduzido numa expressiva contração da atividade económica, induzida pela forte retração da procura interna em resultado do impacto das medidas de consolidação orçamental tomadas pelas autoridades, com o compromisso de satisfazer as metas de défice público acordadas no programa de apoio.

As medidas de austeridade aplicadas, quer ao nível da receita – pelo aumento da carga fiscal, quer ao nível da despesa – pela redução significativa do investimento público, legitima-se pela necessidade de redução dos desequilíbrios existentes, mas acima de tudo pela criação de condições para um crescimento económico sustentável no futuro, reduzindo as necessidades de financiamento externo da nossa economia.

No entanto, no curto prazo, os efeitos recessivos provocados, implicam uma redução significativa do rendimento disponível das famílias e, a par de condições cada vez mais restritivas de acesso ao crédito, do consumo privado.

No contexto deste processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos, o Produto Interno Bruto (PIB) contraiu-se 1,4 por cento em 2013, registando uma melhoria face ao ano anterior.

Quadro 1 – Indicadores macroeconómicos

	2010	2011(p)	2012(p)	2013(p)
PIB (10 ⁶ €) ^[1]	172.860	171.126	165.246	165.666
PIB Taxa de variação ^[2]	1,90%	-1,30%	-3,20%	-1,40%
IPC ^[3]	1,40%	3,66%	2,77%	0,27%
Desemprego total(10 ³) ^[4]	603	706	860	876
Taxa média de desemprego ^[5]	10,80%	12,70%	15,70%	16,30%

[1] Produto Interno Bruto a preços de mercado (preços correntes; anual).

[2] Produto Interno Bruto a preço de mercado (taxa de variação em volume; anual).

[3] Índice de preços no consumidor (Taxa de variação média anual - Base 2012 - %) por Localização geográfica e Agregados especiais; Mensal.

[4] População desempregada (Série 2011 - N.º) por Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo; Anual.

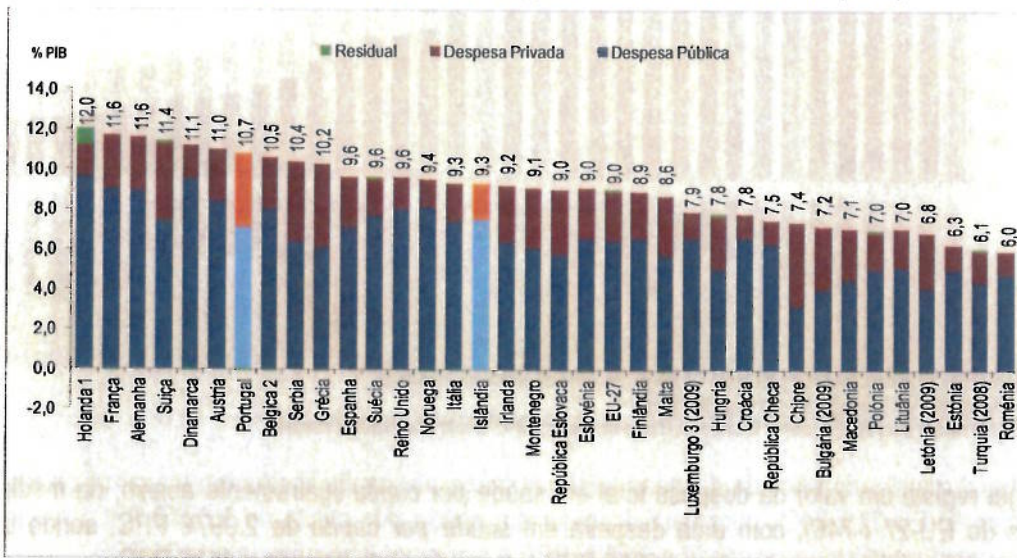
[5] Taxa de desemprego (Série 2011 - %) por Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo; Anual

Fonte: INE.

Para uma abordagem contextualizada da posição de Portugal, relativamente à dimensão económica do setor da saúde, recorreu-se à análise de alguns agregados macroeconómicos disponibilizados pela OCDE, e em particular à UE-27¹.

A informação disponível mais recente reporta-se ao ano de 2010. Ainda assim, o efeito comparativo pretendido justifica a sua análise, para um melhor conhecimento da realidade nacional quando confrontada com os seus congéneres. Neste contexto, no que respeita aos indicadores de natureza económica e financeira destacam-se as análises seguintes.

Gráfico 1 – Peso % da despesa total em saúde no PIB (2010)



[1] Despesa corrente em saúde (excluindo investimentos).

[2] Despesas com saúde destinadas à população segurada, diferente da população residente.

Fonte: OECD Health Data 2012; Eurostat Statistics Database; WHO Global Health Expenditure Database.

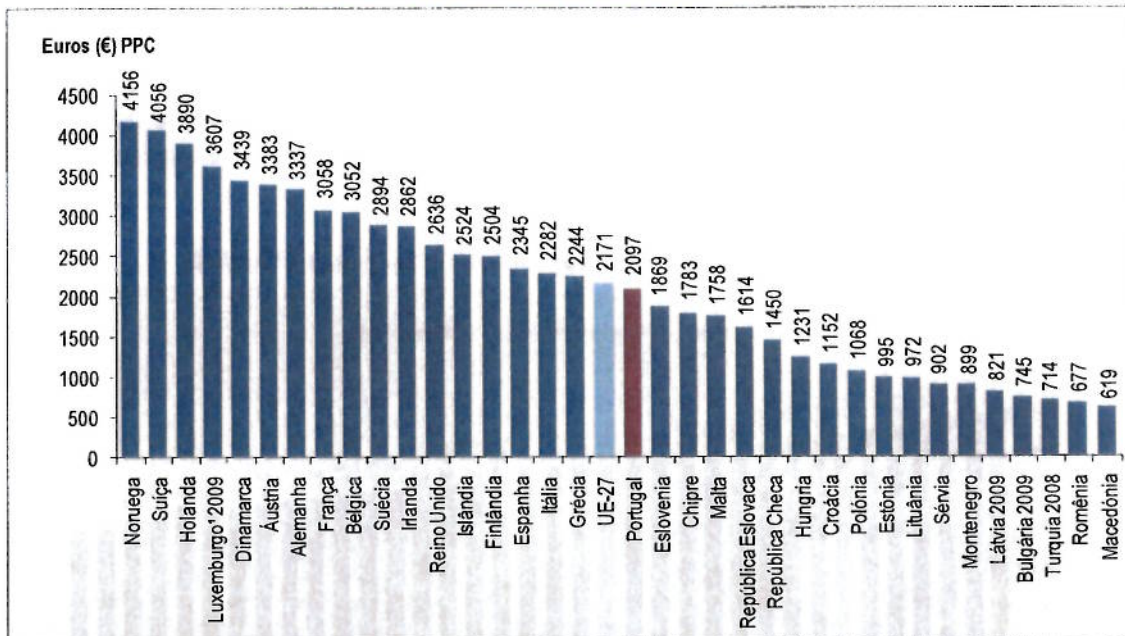
Portugal regista, com referência ao ano de 2010, um valor de despesa total em saúde, que corresponde a 10,7% do PIB, repartido em despesa pública em saúde (7,1%) e despesa privada em saúde (3,6%).

Os países da OCDE, e em particular dos países que integram UE-27, no ano de 2010, despenderam 9,0% do PIB em despesas de saúde e o rácio de despesa total em saúde sobre o PIB, a nível europeu, variou entre 4,8% registado na Roménia e 12,0% na Holanda.

Para um melhor entendimento da tendência registada na distribuição do rácio de despesa em saúde pelo PIB, observe-se o quadro relativo à distribuição pelos vários países da despesa total em saúde *per capita*, ajustados por paridades do poder de compra (PPC).

¹ Conjunto de 27 Países membros da União Europeia (UE), o qual Portugal integra desde 1986.

Gráfico 2 – Despesa total de saúde, *per capita* (2010)



[1] Despesas com saúde destinadas à população segurada, diferente da população residente.

[2] Despesa corrente em saúde (excluindo investimentos).

Fonte: OECD Health Data 2012; Eurostat Estatísticas Banco de Dados; WHO Global Expenditure Database.

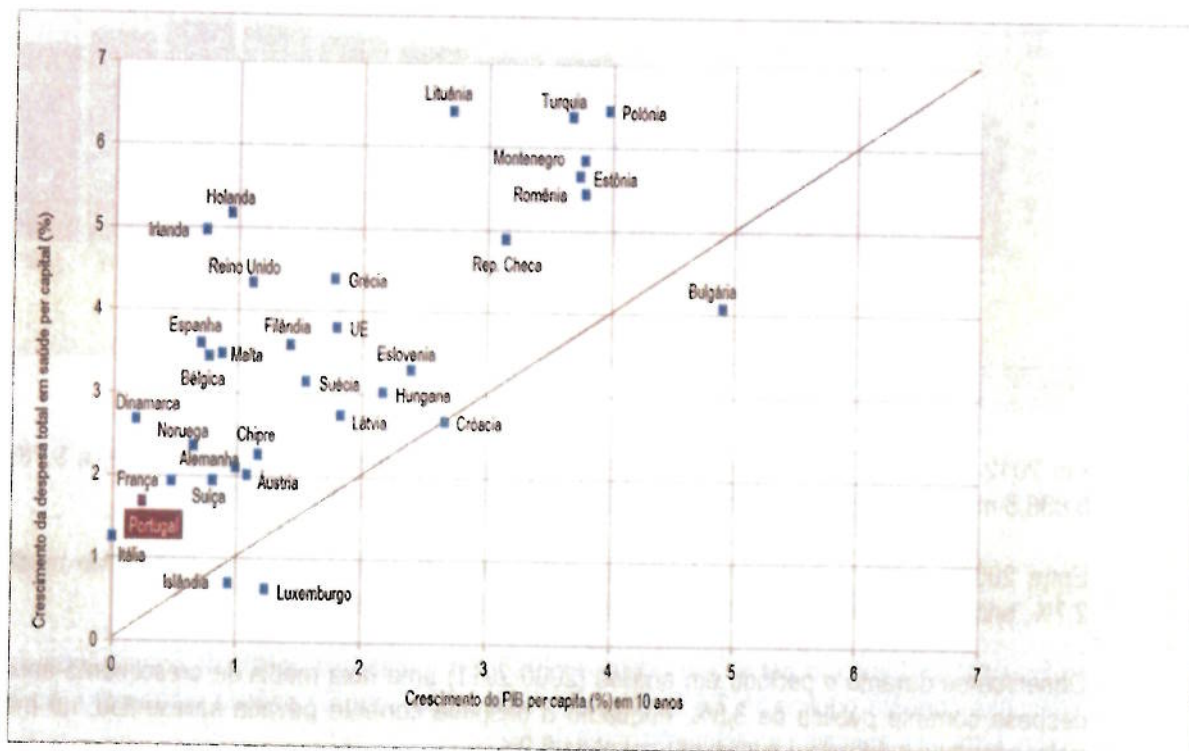
Portugal regista um valor da despesa total em saúde *per capita* ligeiramente abaixo, da média dos países da EU-27 (-74€), com uma despesa em saúde *per capita* de 2.097€ PPC, sendo que a componente pública corresponde a 1.985€ PPP e a componente privada a 112€ PPC.

Tendo em consideração o universo europeu, Portugal apresenta uma despesa total em saúde *per capita* inferior aos seus congéneres ocidentais, sendo apenas superior aos países do Leste da Europa.

O quadro seguinte apresenta a relação entre a distribuição do PIB *per capita* e a distribuição da despesa total em saúde *per capita*, em paridades de poder de compra (PPC).

Constata-se uma tendência para que os países de Leste, motivada pelo desenvolvimento económico alcançado nos últimos anos, apresentem maiores crescimentos de despesa em saúde *per capita* (%), em linha com um maior PIB *per capita*(%).

Gráfico 3 – Relação entre o crescimento do PIB *per capita* e o crescimento da Despesa total em saúde *per capita* (2001-2010)



Fonte: OECD Health Data 2012; Eurostat Statistics Database; WHO Global Health Expenditure Database.

Para uma perspetiva do setor da saúde em Portugal, utilizou-se a informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística, no que corresponde aos resultados da Conta Satélite da Saúde, para o período 2000-2012, relativos à despesa pública e privada.

A despesa corrente em saúde foi analisada sob duas perspetivas: por agentes financiadores e por prestadores de cuidados de saúde. No que respeita à análise por agente financiador a despesa corrente em saúde reparte-se em despesa pública e despesa privada.

A componente pública é constituída pelas Administrações Públicas, tais como o SNS, os subsistemas públicos e os fundos de segurança social. A componente privada reporta-se às entidades que não integram a componente pública, designadamente os seguros privados, as famílias, as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias e outras sociedades.

Gráfico 4 – Evolução da despesa corrente em saúde, pública e privada (2000-2012)



Fonte: INE, Conta satélite da saúde - 2000-2012.
D- Definitivo, P – Provisório, Pe – Preliminar.

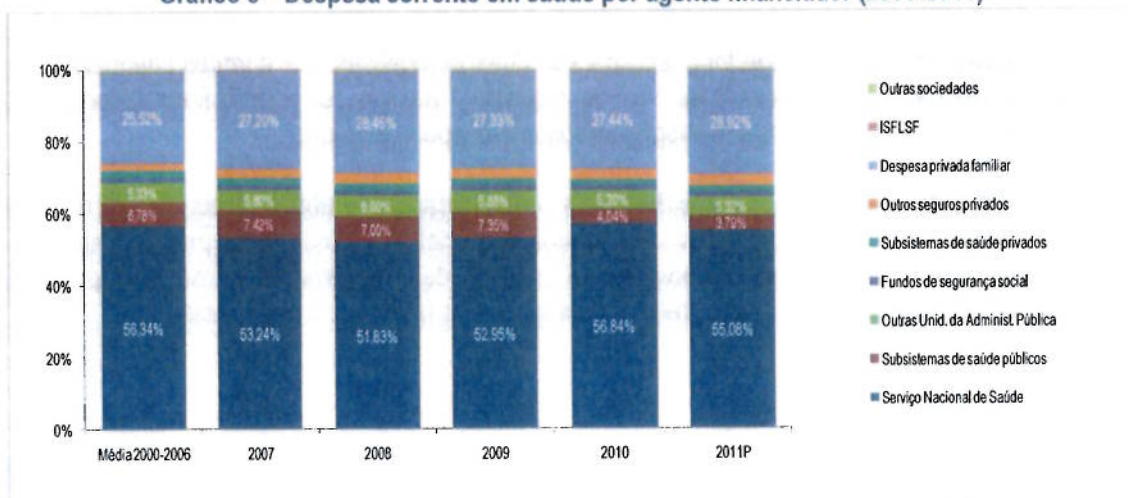
Em 2012 a despesa corrente pública e privada em saúde ascendeu, respetivamente, a 9.789,5 e 5.838,5 milhões de euros. Verifica-se a tendência de diminuição iniciada em 2011.

Entre 2007 e 2012, a despesa corrente privada apresentou uma taxa de crescimento médio de 2,7%, enquanto a despesa corrente pública decresceu, em média, 1,6%.

Observou-se durante o período em análise (2000-2011) uma taxa média de crescimento anual da despesa corrente pública de 3,5%, enquanto a despesa corrente privada apresentou, no mesmo ciclo, uma taxa média de crescimento anual de 5,2%.

Aproximadamente 65,5% da despesa corrente em saúde, em 2011, foi suportada por agentes públicos, um peso inferior ao realizado em 2010 (67,3%), que se traduziu numa diminuição de 800 M€.

Gráfico 5 – Despesa corrente em saúde por agente financiador (2000-2011)

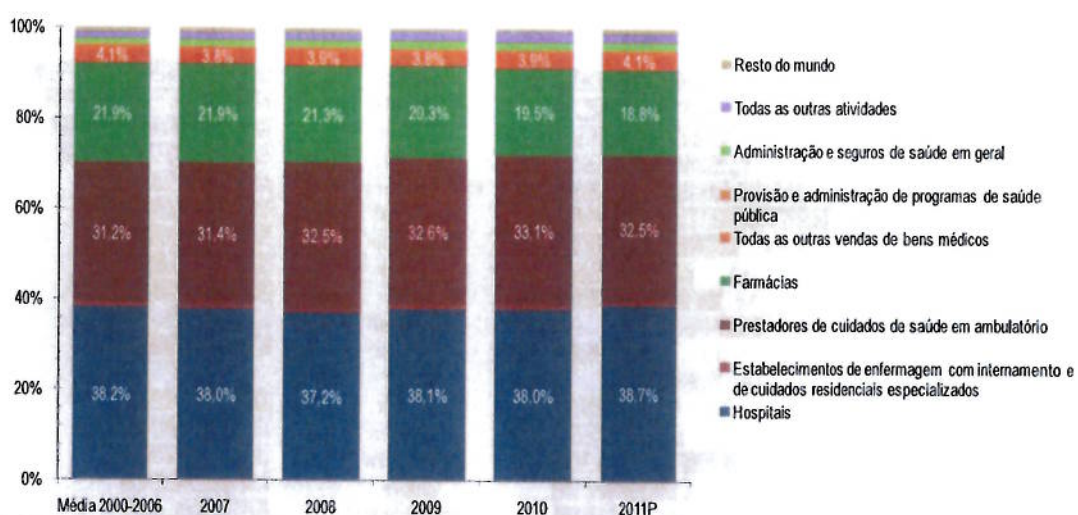


Fonte: INE, Contas Nacionais, Conta satélite da saúde - 2000-2012.
ISFLSF – Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias.
Base 2006; P - Provisório; Pe – Preliminar.

No que diz respeito à análise da despesa corrente total em saúde, por agente financiador, pertenceu ao SNS a responsabilidade pelo financiamento de 55% da despesa corrente, em 2011, seguido da despesa privada familiar com 28,9%, em igual período, ascendendo em conjunto ao montante de 14 mil ME

Importa ainda referir que a despesa corrente privada em saúde financiada através de outros seguros privados de saúde tem vindo gradualmente a crescer, registando entre 2009 e 2011 um incremento de 5%, representando 3,1% no total da despesa corrente.

Gráfico 6 – Despesa corrente em saúde por prestadores de cuidados de saúde (2000-2011)



Fonte: INE, Contas Nacionais; Conta satélite da saúde - 2000-2011.
Base 2006; P – Provisório.

Ao longo da série, os principais prestadores de cuidados de saúde foram os Hospitais e prestadores de cuidados de saúde em ambulatório, representando em média no período cerca de 38% e 32,5%, respetivamente, da despesa corrente.

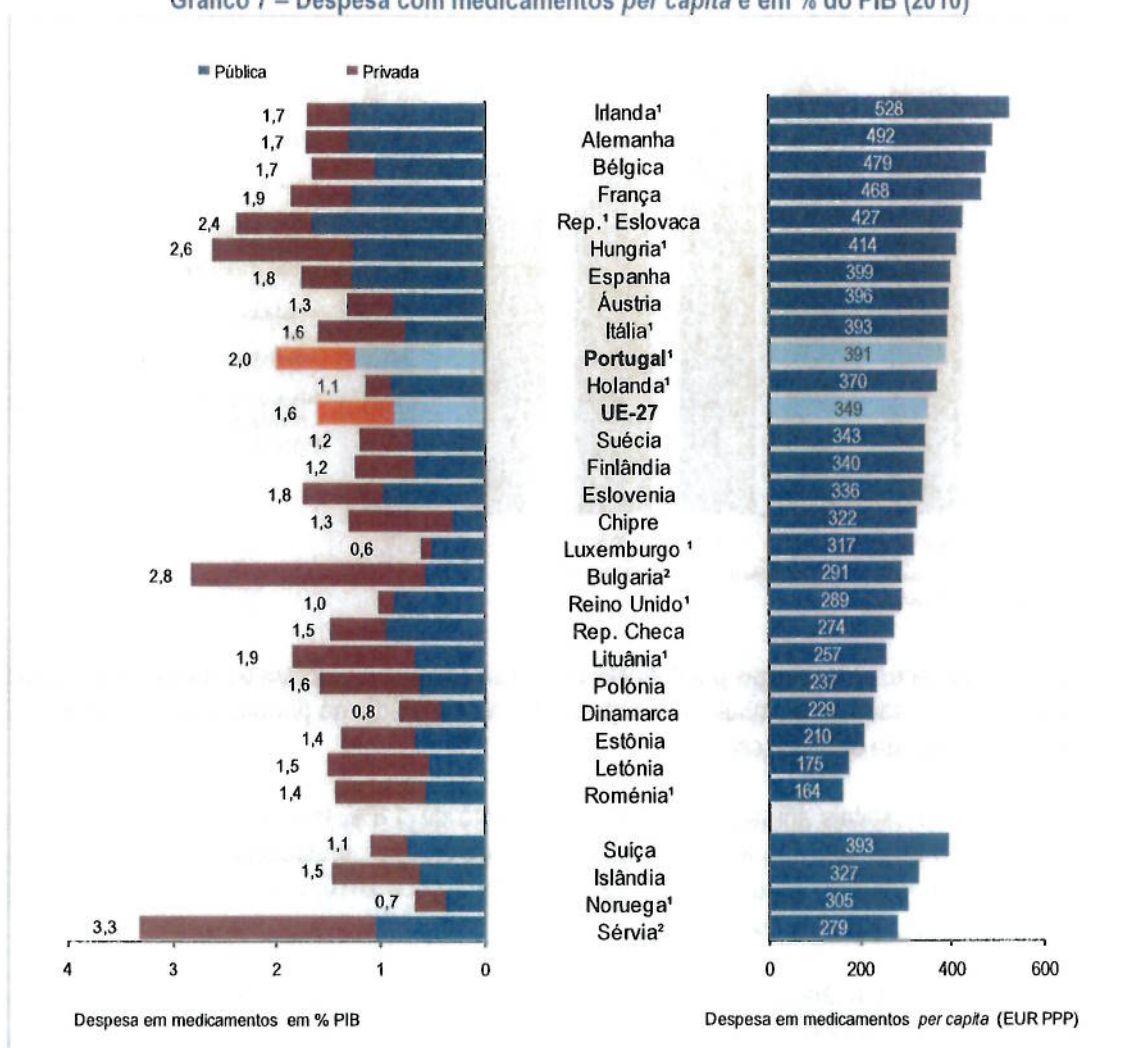
Em 2011, os Hospitais apresentaram um crescimento de 1,8%, face a 2010, um valor acima da média de 0,3% registada ao longo da série. Por outro lado, os prestadores de cuidados de saúde em ambulatório, registaram uma diminuição de 1,7%, face a 2010, valor que diverge da média da série em análise, que se fixou em 0,9%.

Verifica-se uma tendência de subida da despesa corrente em saúde, no que respeita aos prestadores de cuidados de saúde em ambulatório, ascendendo em 2010 a 5,8Mil ME, não obstante, observa-se uma inversão da despesa destes prestadores em 2011, com uma redução de 7,4% face a 2010.

O gráfico seguinte, observa-se que não existe correspondência linear entre a despesa com medicamentos *per capita* e despesa em medicamentos em percentagem do PIB. Países como a Irlanda, Bélgica e Alemanha, evidenciam uma elevada despesa em medicamentos *per capita* e uma reduzida despesa relativa em medicamentos.

Portugal integra o grupo de países que despenderam maiores quantias em medicamentos na despesa global em saúde com 2,0% de despesa relativa ao PIB, distanciando-se 0,4% da média da UE-27. Em termos monetários, representa cerca de 391€ *per capita*, um montante ligeiramente acima da média da EU-27.

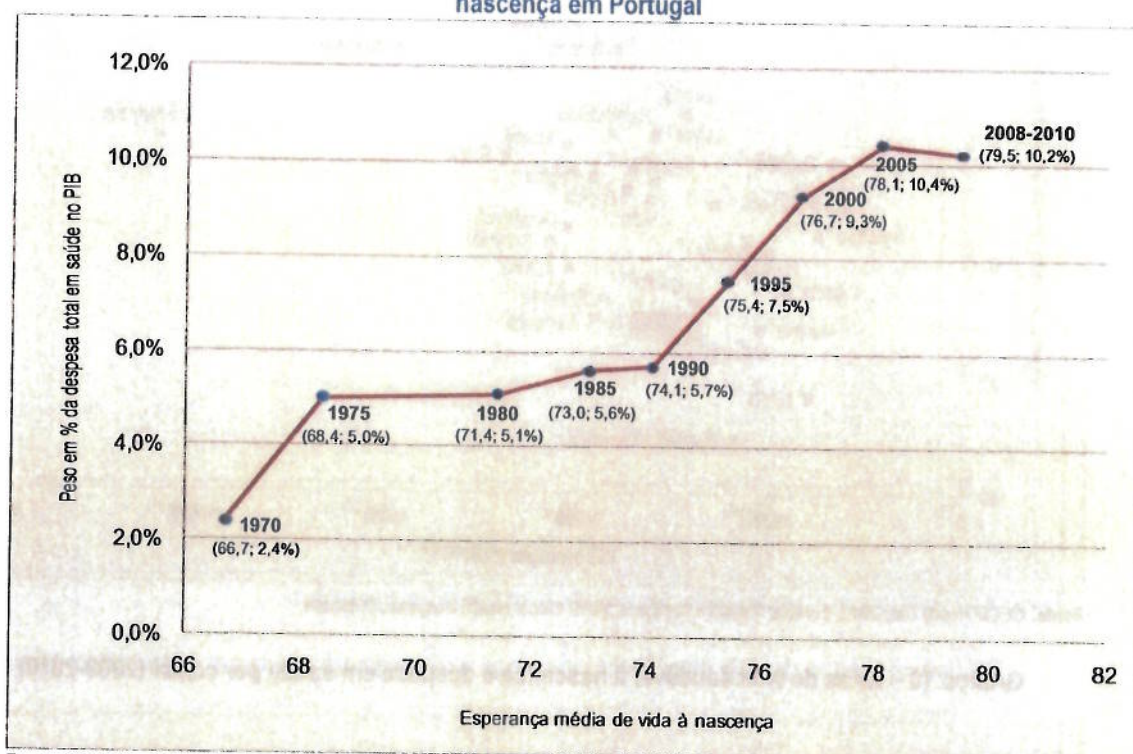
Gráfico 7 – Despesa com medicamentos *per capita* e em % do PIB (2010)



[1] Não pode ser separada e inclui não duradouros.
[2] Total de artigos de consumo.
Fonte: OECD Health Data 2012, Eurostat Statistics Database.

Num outro cenário, os resultados alcançados na melhoria dos cuidados e serviços de saúde em Portugal, nos últimos anos, através dos gráficos que se seguem.

Gráfico 8 – Evolução do peso em % da despesa total em saúde no PIB e da esperança média de vida nascença em Portugal



Fonte: OECD Health Data 2012; Eurostat Estatísticas Banco de Dados; WHO Global Expenditure Database; Conta Satélite da Saúde (2000-2011).

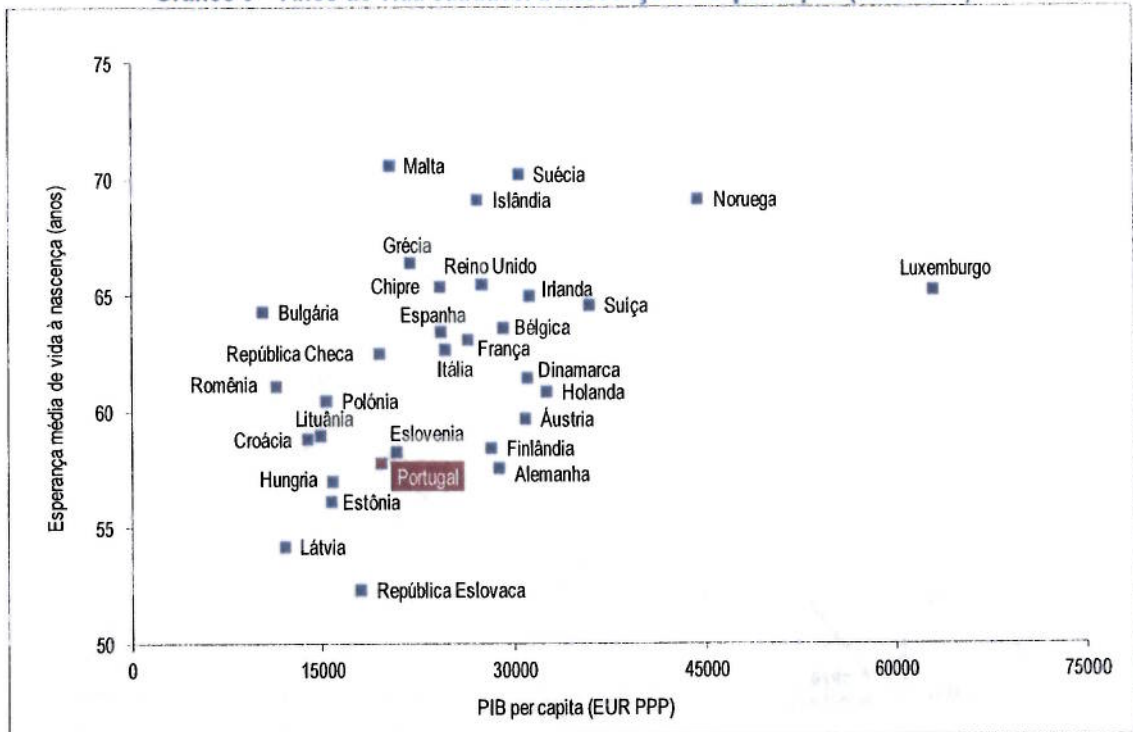
Os ganhos obtidos na esperança média de vida refletem, por um lado, os enormes declínios nas taxas de mortalidade em todas as idades e, nomeadamente pela redução para metade (desde 1960) das taxas de mortalidade associadas as doenças cardiovasculares (principalmente ataque cardíaco e acidente vascular cerebral). Em Portugal, esse ganho representa 15,8 anos num período de 50 anos (1960-2010), o maior crescimento verificado na UE.

Quedas em importantes fatores de risco para o coração e doenças cérebro vasculares, incluindo tabagismo, combinado com melhorias no tratamento médico, têm desempenhado um papel importante na redução das taxas de mortalidade cardiovascular.

Observando um período mais recente, entre 2000 e 2010, Portugal viu a sua esperança média de vida, no universo total (Homens e Mulheres) crescer em 3,1 anos, ligeiramente acima do valor do registado, em média, ao nível dos países de OCDE, de 2,7 anos.

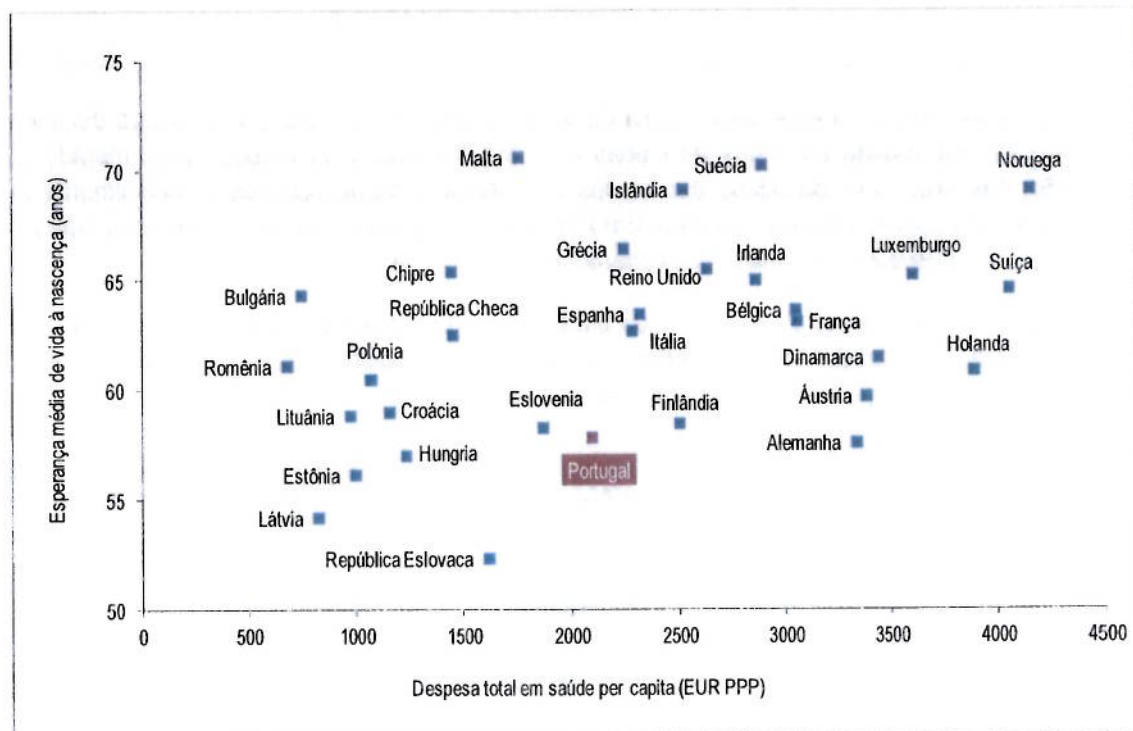
Os quadros abaixo demonstram a relação próxima entre o valor da riqueza produzida e o incremento ao nível dos anos de vida saudável à nascença dos países da OCDE, que comparam com Portugal, e denotam uma melhoria os cuidados e serviços de saúde prestados às populações.

Gráfico 9 – Anos de vida saudável à nascença e PIB per capita (2008-2010)



Fonte: OECD Health Data 2012; Eurostat Statistics Database; WHO Global Health Despesas Database.

Gráfico 10 – Anos de vida saudável à nascença e despesa em saúde per capita (2008-2010)



Fonte: OECD Health Data 2012; Eurostat Statistics Database; WHO Global Health Expenditure Database.

3 Políticas Contabilísticas

Sem prejuízo dos princípios contabilísticos legalmente estabelecidos no POCP e no POCMS, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas devem pautar-se pelo conjunto de princípios aplicados pela entidade mãe, devendo assegurar-se a relevância e materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a comparabilidade espacial e temporal, e a representação fidedigna da informação nelas contida.

Neste sentido, todas as entidades do perímetro de consolidação procederam à preparação da informação para a consolidação de acordo com os mesmos princípios, regras, procedimentos e critérios contabilísticos, constantes do POCMS (Portaria n.º 898/2000, de 28 de setembro), e da Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, por forma a que as demonstrações financeiras consolidadas possam evidenciar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do grupo. Assim, devem ser observados os seguintes princípios:

- Princípio da entidade contabilística;
- Princípio da continuidade;
- Princípio da consistência;
- Princípio da especialização (ou do acréscimo);
- Princípio do custo histórico;
- Princípio da prudência;
- Princípio da materialidade;
- Princípio da não compensação.

4 O Programa Orçamental de Saúde

O orçamento do Programa Saúde para o ano de 2013 totalizou 9.198,403 M.€, sendo a despesa corrente de 9.118,968 M.€ e a despesa de capital de 79,435 M.€.

O orçamento da despesa corrente do Programa Saúde distribui-se essencialmente pela aquisição de bens e serviços (87,3%), despesa com pessoal (11,7%) e outras despesas (0,9%).

No âmbito do orçamento rectificativo o orçamento do programa da saúde foi reforçado com a verba de 72,3 milhões de euros. O programa obteve ainda mais 51,4 milhões de euros, provenientes dos subsistemas de saúde públicos (PSP/GNR/ADMA e ADSE) para dar cobertura aos encargos com os medicamentos desses subsistemas, que a partir de abril passaram para a esfera da saúde.

Na execução do orçamento do ano de 2013 verifica-se que a despesa corrente consolidada atingiu os 8.825,964 M.€, correspondendo a uma taxa de execução de 96,8% do valor orçamentado, enquanto a despesa de capital ficou em 51,032 M.€, com uma taxa de execução de 64,2 %.

Quadro 2 - Despesa por classificação Económica

Programa 011 SAUDE - Despesa por Classificação Económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento de 2013			Execução de 2013		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
Despesa Corrente	7.945,608	9.269,424	9.118,968	7.927,686	8.980,269	8.825,964
Despesas com Pessoal	20,496	1.048,018	1.068,514	18,773	986,357	1.005,130
Aquisição de Bens e Serviços	28,317	7.936,880	7.965,197	20,799	7.728,363	7.749,162
Juros e outros encargos	0,011	7,336	7,347	0,008	7,030	7,038
Transferências Correntes	7.896,634	257,464	58,034	7.888,004	242,083	48,097
<i>das quais: intra-instituições do PO</i>	<i>7.884,449</i>	<i>211,615</i>		<i>7.879,240</i>	<i>202,751</i>	
<i>para as restantes Administrações Públicas</i>	<i>0,415</i>	<i>4,181</i>	<i>4,596</i>	<i>0,415</i>	<i>4,031</i>	<i>4,446</i>
Subsídios	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Outras Despesas Correntes	0,151	19,726	19,877	0,101	16,436	16,537
Despesa de Capital	4,040	79,061	79,435	2,864	50,713	51,032
Aquisição de Bens de Capital	0,373	45,949	46,322	0,319	21,248	21,567
Transferências de Capital	3,667	9,113	9,113	2,545	5,465	5,465
<i>das quais: intra-instituições do PO</i>	<i>3,667</i>	<i>0,000</i>		<i>2,545</i>	<i>0,000</i>	
<i>para as restantes Administrações Públicas</i>	<i>0,000</i>	<i>2,944</i>	<i>2,944</i>	<i>0,000</i>	<i>0,604</i>	<i>0,604</i>
Ativos Financeiros	0,000	24,000	24,000	0,000	24,000	24,000
Passivos Financeiros						
Outras Despesas de Capital						
DESPESA TOTAL	7.949,648	9.348,486	9.198,403	7.930,549	9.030,982	8.876,996
Despesa Total excluindo transferências intra-instituições do PO	61,532	9.136,870	9.198,403	48,765	8.828,231	8.876,996
DESPESA EFETIVA	7.949,648	9.324,486	9.174,403	7.930,549	9.006,982	8.852,996

Transferências intra-instituições do PO (SI e SFA)

8.099,7

8.084,5

PO: Programa orçamental

Fonte: Orçamento de 2013: Dotação corrigida abatida de cativos (Estado - Pasta OAM do SCC, período 11; SFA - SIGO, período B).

Execução de 2013: Pagamentos líquidos acumulados (Estado - Pasta OAM do SCC, período 11; SFA - SIGO, período B).

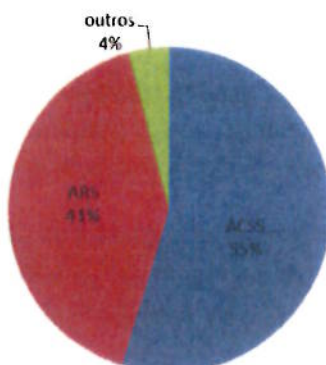
Comparativamente ao orçamento de 2012 a despesa efectiva do programa regista uma redução de 985 milhões de euros (-10%), com destaque para a redução da despesa de aquisição de bens e serviços (-11,6%) e da despesa de capital (-47,7%), conforme se pode constatar no quadro seguinte:

Quadro 3 - Variação da Despesa

Designação	(Milhões de euros)			
	Total Consolidado		Variação	
	2012	2013	Valor	%
Despesa Corrente	9.740,364	8.825,964	-914,400	-9,4%
Despesas com Pessoal	913,554	1.005,130	91,576	10,0%
Aquisição de Bens e Serviços	8.766,759	7.749,162	-1.017,597	-11,6%
Transferências Correntes	45,687	48,097	2,410	5,3%
Despesa de Capital	97,538	51,032	-46,506	-47,7%
DESPESA TOTAL	9.837,902	8.876,996	-960,906	-9,8%
DESPESA EFETIVA	9.837,902	8.852,996	-984,906	-10,0%

Na execução do programa, as Administrações Regionais de Saúde e a Administração Central do Sistema de Saúde em conjunto são responsáveis por cerca de 96% da despesa corrente do programa.

Gráfico 11 - Distribuição da Despesa Corrente



A despesa corrente da Administração Central do Sistema de Saúde inclui as transferências para os Hospitais e Unidades Locais de Saúde, EPE pelos pagamentos da aquisição de serviços decorrente dos contratos-programa. No ano de 2013 estas transferências totalizaram 4.649,608 M.€, dos quais 418,6 M.€ foram por conta do orçamento rectificativo (saldo que transitou do ano de 2012).

As Administrações Regionais de Saúde executaram no ano 3.714,453 M.€ de despesa corrente, dos quais 831,86 M.€ com despesa com pessoal e 2.840,812 M.€ com a aquisição de bens e serviços. Na aquisição de bens e serviços, destaca-se a despesa com medicamentos em ambulatório (farmácias) no montante de 1.279,871 M.€ (45 %) e as aquisições de serviços de saúde ao setor convencionado e ao setor público no montante de 1.411,194 M.€ (50%), referente a meios complementares de diagnóstico (análises clínicas, radiologia, etc.), a meios complementares de terapêutica (diálise, medicina física e de reabilitação, cuidados respiratórios, saúde oral, etc.), a internamentos (de psiquiatria e da rede de cuidados continuados) e transporte de doentes. De referir ainda que as aquisições de serviços de saúde das Administrações de Saúde incluem as despesas com os hospitais em regime de parceria público-privado, nomeadamente com o Hospital de Braga, Hospital de Vila Franca de Xira, Hospital de Loures, Hospital de Cascais e Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul.

Comparativamente ao orçamento do ano de 2012 verifica-se uma redução da despesa nas áreas referidas anteriormente, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

Quadro 4 - Variação da Despesa das ARS (bens e serviços)

Designação	(Milhões de euros)			
	Total Consolidado		Variação	
	2012	2013	Valor	%
Despesa Corrente das ARS (aquisição de bens e serviços)	3.090,388	2.840,812	-249,576	-8,1%
Farmácias	1.314,484	1.279,871	-34,613	-2,6%
Aquisição de Serviços de saúde	1.570,613	1.411,194	-159,419	-10,2%

5 Execução económico-financeira do SNS na lógica das contas nacionais

A ACSS prepara para efeitos das contas nacionais o desempenho económico-financeiro do SNS numa base de acréscimo modificada. Esta informação é remetida ao Instituto Nacional de Estatística numa base trimestral de acordo com a metodologia definida com aquele organismo.

Assim, para efeito das contas nacionais considera-se como receita os fluxos financeiros ocorridos no ano, independentemente do ano em que se constitui o direito a recebê-los. A despesa corresponde às obrigações para com terceiros geradas no ano, independentemente da sua liquidação financeira.

Nesta demonstração de desempenho não se encontra refletido o stock de dívida vencida, nem os custos verificados no sector empresarial da Saúde, pois a mesma é elaborada tendo por referência as entidades do SNS que são incluídas no perímetro das administrações públicas.

No ano de 2013 o perímetro das entidades do SNS, para efeito das contas nacionais, foi o seguinte:

Perímetro SNS pertencente ao SPA 2013
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE, I.P.
INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DR. RICARDO JORGE I.P.
INSTITUTO OFTALMOLOGICO DR. GAMA PINTO
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALENTEJO, I.P.
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALGARVE, I.P.
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P.
CENTRO MEDICO DE REABIL. DA REG. CENTRO - ROVISCO PAIS
HOSPITAL JOSE LUCIANO DE CASTRO - ANADIA
HOSPITAL ARCEBISPO JOAO CRISOSTOMO - CANTANHEDE
HOSPITAL DR. FRANCISCO ZAGALO - OVAR
CENTRO HOSPITALAR PSIQUIATRICO DE LISBOA
INSTITUTO PORTUGUES DO SANGUE E DA TRANSPLANTAÇÃO
CENTRO HOSPITALAR DO OESTE

O saldo do SNS, em contas nacionais, no ano de 2013 foi positivo em 20,4 M.€, representando uma melhoria face ao ano anterior de +188,5 M.€ (+112%).

Quadro 5 - Receita Cobrada SNS

Receita Cobrada	dezembro	Δ dez-13 Vs dez-12	
	2013	Valor	%
I. Receltas correntes	8.346.172.601,09 €	-1.760.866.026,81 €	-17,4
1. Impostos indiretos (receita jogos Sociais)	87.552.599,00 €	2.493.257,00 €	2,9
2. Taxas, multas e outras penalidades	104.576.566,01 €	12.431.177,69 €	13,5
2.1. Taxas moderadoras	102.856.587,40 €	13.155.006,12 €	14,7
2.2. Outros	1.719.978,61 €	-723.828,43 €	-29,6
3. Rendimentos da propriedade	107.953,61 €	-8.861,87 €	-7,6
4. Transferências correntes	7.972.437.138,06 €	-1.768.123.041,04 €	-18,2
4.1. Administração central	7.933.809.345,91 €	-1.765.023.399,52 €	-18,2
4.2. Administração regional	0,00 €		
4.3. Administração local	36.653.154,00 €	142.414,00 €	0,4
4.4. Outras	1.974.638,15 €	-3.242.055,52 €	-62,1
5. Venda de bens e serviços correntes	170.825.422,14 €	-5.741.241,65 €	-3,3
6. Outras receitas correntes	10.672.922,27 €	-1.917.316,94 €	-15,2
II. Receltas de capital	6.922.405,28 €	-37.321.554,97 €	-84,4
7. Venda de bens de investimento	156,00 €		
8. Transferências de capital	6.922.249,28 €	-37.321.500,97 €	-84,4
8.1. Administração central	2.544.731,00 €	-4.769.172,65 €	-65,2
8.2. União Europeia	4.358.663,28 €	-32.533.462,32 €	-88,2
8.3. Outras	18.855,00 €		
9. Ativos financeiros			
10. Passivos financeiros			
11. Outras receitas de capital			
A. Total da Recelta (I. + II.)	8.353.095.006,37 €	-1.798.187.581,78 €	-17,7

Quadro 6 - Despesa SNS

Despesa	dezembro	Δ dez-13 Vs dez-12	
	2013	Valor	%
I. Despesas correntes	8.309.972.814,72 €	-6.132.118,16 €	-0,1
1. Despesas c/ Pessoal	924.680.375,15 €	60.465.243,24 €	7,0
1.1. Remunerações	531.703.884,14 €	2.688.301,73 €	0,5
1.2. Suplementos de remunerações	136.711.528,02 €	-10.173.823,12 €	-6,9
1.3. Subsídio de férias e de natal	88.961.216,30 €	37.834.991,25 €	74,0
1.4. Encargos sobre remunerações	156.429.249,31 €	34.510.625,91 €	28,3
1.5. Outras	10.874.497,38 €	-4.394.852,53 €	-28,8
2. Compras de Inventários (Aquisições de bens)	97.293.329,66 €	-9.265.885,87 €	-8,7
2.1. Mercadorias	0,00 €	-31,00 €	-100,0
2.2. Produtos farmacêuticos	67.434.792,52 €	-5.322.035,13 €	-7,3
2.3. Material de consumo clínico	21.231.573,05 €	-4.013.034,87 €	-15,9
2.4. Outras compras de inventários	8.626.964,09 €	69.215,13 €	0,8
3. Fornecimentos e serviços externos	7.227.095.328,02 €	-38.400.629,76 €	-0,5
3.1. Produtos vendidos em farmácias	1.212.943.317,51 €	-11.294.410,07 €	-0,9
3.2. Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	675.741.514,42 €	-6.647.837,56 €	-1,0
3.3. Parcerias público-privadas (PPP)	392.523.440,93 €	40.910.050,69 €	11,6
3.4. Outros Subcontrats das ARS	340.880.843,94 €	-39.756.739,97 €	-10,4
com internamentos na Rede Cuidados Continuados	111.366.130,34 €	-447.844,30 €	-0,4
com transporte de doentes	49.187.064,89 €	-3.612.323,70 €	-6,8
3.5. Responsabilidades com as entidades públicas empresariais	4.350.482.585,38 €	-2.277.378,00 €	-0,1
3.5.1. Contrato-programa	4.224.009.150,22 €	-12.509.464,85 €	-0,3
3.5.2. Outras responsabilidades - programas verticais	126.473.435,16 €	10.232.086,85 €	8,8
3.6. Outros Subcontrats (Hospitais+Convenções Internacionais)	50.026.652,94 €	672.518,27 €	1,4
3.7. Fornecimentos e Serviços	204.496.972,90	-20.006.833,12 €	-8,9
4. Juros e outros encargos	1.203.305,67 €	-5.400.345,85 €	-81,8
5. Transferências Correntes concedidas	26.666.293,26 €	-23.923.133,63 €	-47,3
6. Outras despesas correntes	33.034.182,96 €	10.392.633,71 €	45,9
II. Despesas de capital	22.727.703,44 €	-48.552.173,29 €	-68,1
7. Aquisição de bens de capital	17.682.409,60 €	-35.403.236,67 €	-66,7
8. Transferências de capital	5.045.293,84 €	-13.148.936,62 €	-72,3
B. Total da despesa (I. + II.)	8.332.700.518,16 €	-54.684.291,45 €	-0,7
C. OE rectificativo			
Saldo (A. - B. - C.)	20.394.488,21 €	188.496.709,67 €	112,1

6 Recursos do SNS

6.1. Recursos Humanos

Apresenta-se em anexo o *Balanço Social do SNS_2013*, (Anexo 1).

7 Desempenho Assistencial do SNS – Produção e Tempos de Espera

Apresenta-se em anexo (Anexo 2) o relatório anual sobre o acesso a cuidados de saúde nos estabelecimentos do SNS e entidades convencionadas de 2013, elaborado no âmbito do disposto no n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 15/2014, de 21 de março, – que visa a consolidação dos direitos e deveres do utente dos serviços de saúde, concretizando a Base XIV da Lei n.º 48/90, de 24 de agosto.

Em seguida apresenta-se uma síntese das principais áreas abordadas no mesmo.

7.1. Produção em 2013

7.1.1. Cuidados de Saúde Primários

O ano de 2013 apresentou um crescimento do número de utilizadores de consultas médicas, com mais 70.330 utilizadores do que em 2012 (ano em que se tinham registado mais 311.977 utilizadores do que em 2011).

Conforme demonstra o quadro seguinte, no ano de 2013, verifica-se o maior nível de utilização nos cuidados de saúde primários, de entre a série analisada em universo comparável, constatando-se assim que mais de 7,1 milhões de portugueses obtiveram uma consulta através do médico de família.

Quadro 7 - Evolução da utilização de consultas médicas nos cuidados de saúde primários entre 2011 e 2013

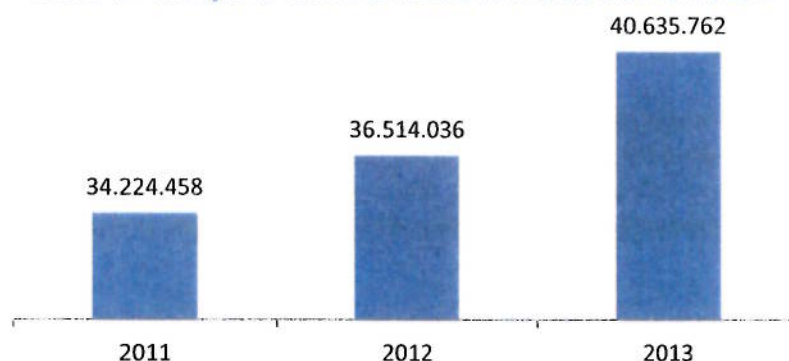
	2011	2012	2013	var. 13/12	var.% 12/13
Utilizadores de consultas médicas	6.730.587	7.042.564	7.112.894	70.330	1,0%
Consultas médicas	30.623.795	29.176.913	29.099.476	-77.437	-0,27%
Consultas médicas presenciais	22.758.433	20.999.463	20.930.142	-69.321	-0,33%
Consultas médicas não presenciais	7.672.215	7.980.729	7.964.083	16.646	-0,21%
Consultas médicas domiciliárias	193.147	196.721	205.251	8.530	4,3%

Fonte: ACSS- SIM SNS

A análise mais detalhada do quadro anterior permite-nos constatar que, em simultâneo com o aumento do número de utilizadores dos CSP em 2013, ocorreu uma estabilização do número de consultas médicas presenciais e não presenciais neste nível de cuidados, bem como um aumento do número de consultas realizadas no domicílio dos utentes, o que reflete o esforço de adequação das estruturas às necessidades das populações servidas, nomeadamente, a prestação de cuidados de maior proximidade.

Uma vez que tem impacto positivo no acesso aos CSP, possibilitando uma utilização mais racional dos recursos (essencialmente médicos) presentes neste nível de cuidados e uma maior comodidade para os utentes, importa referir que se registou, em 2013, um aumento substancial da prescrição eletrónica de receitas com validade de seis meses (+4.121.726 receitas renováveis face a período homólogo), evitando-se visitas desnecessárias ao médico de família e permitindo uma melhor gestão das consultas por parte dos prestadores de CSP, conforme se apresenta no gráfico seguinte.

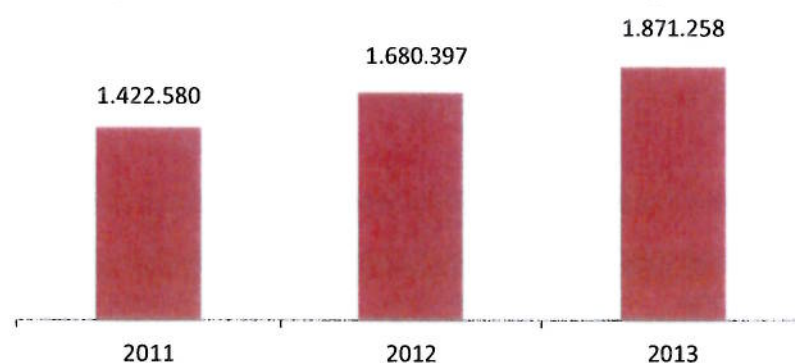
Gráfico 12 - Evolução do número de receitas renováveis entre 2011 e 2013



Fonte: SIARS / CCF

Por outro lado, em 2013, realizaram-se mais de 1,8 milhões de consultas de enfermagem no domicílio, representando um crescimento de 11,3% face a igual período de 2012, conforme se apresenta no gráfico seguinte.

Gráfico 13 - Evolução do número de consultas domiciliárias de enfermagem entre 2011 e 2013



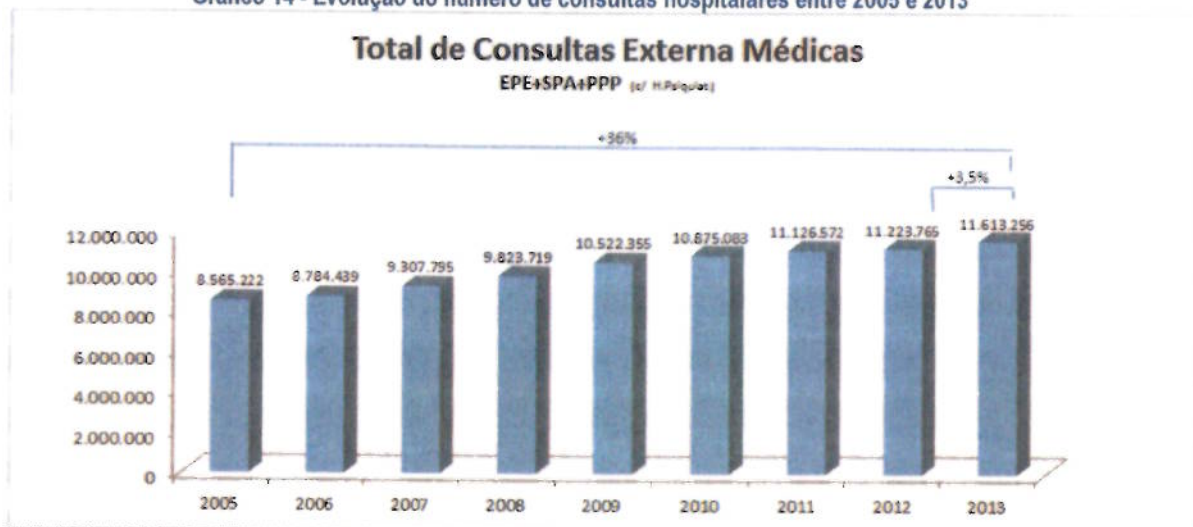
Fonte: ACSS-SIM@SNS

7.1.2. Cuidados de Saúde Hospitalares

Produção de Consultas Externas

A produção hospitalar no que se refere a consultas externas de especialidades hospitalares tem registado uma evolução crescente e sustentada nos últimos nove anos, não só a nível do número total de consultas hospitalares, como também e principalmente, a nível das primeiras consultas hospitalares.

Gráfico 14 - Evolução do número de consultas hospitalares entre 2005 e 2013



Fonte: ACSS-SICA

Gráfico 15 - Evolução do número de primeiras consultas hospitalares entre 2005 e 2013



Fonte: ACSS-SICA

Como se constata da análise dos dois gráficos anteriores, tem vindo a registar-se um contínuo aumento da produção de consultas nos hospitais do SNS, nos anos considerados, tendo esse aumento sido mais expressivo nas primeiras consultas, o que significa que um maior número de cidadãos obteve acesso a esta tipologia de cuidados hospitalares.

Considerando as consultas hospitalares nas especialidades identificadas no quadro abaixo que, em 2013, representaram 89,3 % do número das primeiras consultas realizadas nos Hospitais do SNS e 88,0% do total de consultas, constata-se que a maioria destas especialidades apresentaram acréscimos de produção, não só em relação ao total de consultas, como também ao número de primeiras consultas.

Quadro 8 - Número de consultas hospitalares no SNS, nas especialidades com maior atividade em 2012 e 2013

Especialidades	1.ª Consultas Externas Médicas			Total de Consultas Externas Médicas		
	2012	2013	Var. % 2013 / 2012	2012	2013	Var. % 2013 / 2012
Oftalmologia	347.884	364.500	4,8%	907.290	966.279	6,5%
Cirurgia Geral	279.565	280.495	0,3%	809.271	805.851	-0,4%
Ortopedia	294.262	301.108	2,3%	783.010	815.663	4,2%
Psiquiatria Total	84.366	89.956	6,6%	544.406	581.984	6,9%
Pediatria	145.221	148.740	2,4%	556.896	578.148	3,8%
Imuno-Hemoterapia	87.064	81.976	-5,8%	552.584	558.494	1,1%
Medicina Interna	115.480	120.097	4,0%	535.994	548.421	2,3%
Otorrinolaringologia	157.029	161.690	3,0%	481.805	494.095	2,6%
Ginecologia	153.093	156.540	2,3%	476.882	482.774	1,2%
Cardiologia	106.550	106.962	0,4%	454.844	448.194	-1,5%
Oncologia Médica	44.819	45.915	2,4%	415.818	431.359	3,7%
Obstetrícia	129.902	126.911	-3,0%	375.785	374.562	-0,3%
Urologia	90.316	91.029	0,8%	347.881	353.310	1,6%
Dermato-Venerologia	153.945	157.658	2,4%	342.381	361.421	5,6%
Anestesiologia	243.004	252.339	3,8%	336.458	351.879	4,6%
Pneumologia	69.394	75.926	9,4%	317.856	343.070	8,2%
Neurologia	77.362	80.400	3,9%	299.210	312.668	4,5%
Medicina Física e Reabilitação	111.193	118.302	6,4%	310.386	324.157	4,4%
Gastroenterologia	79.437	79.532	0,1%	281.408	266.739	-2,0%
Estomatologia	54.809	58.073	6,0%	216.732	224.104	3,4%
Endocrinologia - Nutrição	42.558	43.680	2,6%	215.691	224.438	4,1%
Hematologia Clínica	19.225	19.518	1,5%	203.056	200.756	-1,1%
Nefrologia	21.069	22.592	7,2%	164.314	171.841	4,6%

Fonte: ACSS-SICA

Em 2013, foram solicitados 1.507.982 pedidos de primeira consulta hospitalar através do programa CTH, o que representa um aumento de pedidos inscritos em relação a 2012 (1.352.143).

O quadro seguinte apresenta a variação registada nas várias regiões de saúde (o maior crescimento regista-se nos hospitais da ARS Algarve – 16%, sendo que nas restantes ARS o aumento varia entre 9 e 13%), assim como analisa o número de pedidos de primeira consulta por 1.000 habitantes, o que nos permite perceber as diferenças existentes entre as regiões de saúde, de acordo com a população que servem (a ARS Norte, com 173,5 pedidos por mil habitantes, tem valores de quase o dobro da ARS com menor procura – ARS Algarve, com 93,4 pedidos). Apesar destas diferenças, estes dados denotam uma melhor utilização do aplicativo e maior articulação entre os CSP e os cuidados de saúde hospitalares.

Quadro 9 - Número de pedidos de consulta inscritos, totais e por 1000 habitantes nos anos de 2012 e 2013, por região de saúde e entidades não SNS

Destino do pedido	Pedidos inscritos			Pedidos inscritos por 1000 habitantes	
	2012	2013	% Variação 2013/2012	2012	2013
ARS Norte	519.773	564.400	9%	159,8	173,5
ARS Centro	203.362	229.522	13%	86,5	97,7
ARS LVT	421.342	459.758	9%	118,7	129,5
ARS Alentejo	49.096	55.776	14%	111,8	127,0
ARS Algarve	36.264	42.060	16%	80,5	93,4
Entidades não SNS	122.306	156.466	28%	n/a	n/a
Total	1.352.143	1.507.982	12%	134,7	150

Fonte: ADW-CTH (dados extraídos a 13 de Janeiro de 2014)

Analisando agora a dinâmica dos pedidos inscritos para consulta, ou seja, a comparação entre os pedidos inscritos, os pedidos concluídos e as consultas realizadas, constata-se, em 2013, uma diminuição dos pedidos não concluídos, o que representa uma proxy da lista de espera para consulta no âmbito do programa CTH, conforme o quadro seguinte demonstra.

Quadro 10 - Dinâmica dos pedidos inscritos em consulta entre 2011 e 2013

	2011	2012	2013
Inscritos	1.193.924	1.352.143	1.507.982
LICO (Pedidos não concluídos)	708.712	794.303	753.846
Pedidos concluídos	1.101.091	1.274.271	1.543.822
Consultas realizadas	810.949	938.376	1.049.514

Fonte: ADW-CTH (dados extraídos a 13 de Janeiro de 2014)

Em relação às consultas realizadas, verifica-se que, em 2013, foram realizadas 1.049.514 consultas referenciadas pelo médico de família através do CTH, representando um aumento de 12,3% face a 2012 (+114.681) e de 29,8% em relação a 2011 (+ 240.290). O quadro seguinte apresenta o número de consultas realizadas em 2013, comparando a prioridade atribuída pelo médico dos cuidados de saúde primários com a prioridade atribuída na triagem do médico hospitalar.

Quadro 11 - Consultas realizadas no ano de 2013, segundo a prioridade atribuída no pedido e a prioridade atribuída na triagem

Prioridade atribuída no pedido (CS)	Consultas realizadas*							
	Prioridade atribuída na triagem (hospital)							
	Muito prioritário		Prioritário		Normal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Normal	15.665	2%	74.551	8%	857.045	90%	947.261	90%
Urgente	9.059	9%	31.212	31%	61.982	61%	102.253	10%
Total	24.724	2%	105.763	10%	919.027	88%	1.049.514	100%

Fonte: ADW-CTH (dados extraídos a 13 de Janeiro de 2014)
Independente da data de inscrição do pedido

No que respeita ao número total de consultas realizadas no âmbito do Programa CTH, verifica-se um aumento em todas as ARS, sendo as mais significativas as ARS Alentejo e Algarve (22% e 34,4%, respetivamente), conforme demonstra o quadro seguinte.

Quadro 12 - Número de consultas realizadas e tempo médio de resposta ao pedido de consulta, em dias, segundo a prioridade na triagem, segundo o destino dos pedidos, nos anos de 2012 e 2013.

ARS de destino do pedido	Consultas realizadas				Tempo médio de resposta ao pedido (dias)			
	2012	2013	Variação 2012 - 2013	% Variação 12 - 13	2012	2013	Variação 2012 - 2013	% Variação 12 - 13
ARS Norte	377.884	407.029	29.145	7,7%	125,9	126,5	1	0,5%
ARS Centro	145.131	164.612	19.481	13,4%	130,2	113,9	-16	-12,5%
ARS LVT	277.232	313.502	36.270	13,1%	107,2	107,6	0	0,3%
ARS Alentejo	32.780	39.980	7.200	22,0%	158,3	133,8	-25	-15,5%
ARS Algarve	20.541	27.610	7.069	34,4%	202,2	189,2	-13	-6,4%
Entidades não SNS	84.808	96.781	11.973	14,1%	115,3	123,1	8	6,8%
Total	938.376	1.049.514	111.138	11,8%	122,9	120,5	-2	-1,9%

Fonte: ADW-CTH (dados extraídos a 13 de Janeiro de 2014)

* Independentemente da data de inscrição do pedido

A nível nacional, registamos um aumento de 11,8% (111.138) de consultas realizadas e registadas no CTH, relativamente ao período homólogo. O menor aumento verifica-se na ARS Norte, o que pode significar que se atingiu a estabilização da referenciação para o CTH, com origem nos CSP. As ARS Centro e LVT, têm um crescimento idêntico – 13,4% e 13,1%. As entidades não SNS têm um aumento de 14,1%, certamente relacionado com a gestão dos acordos de contratualização.

No que respeita o tempo médio de resposta aos pedidos verificamos, globalmente, uma diminuição de 1,9%, correspondente a 2 dias.

Em 2013, em termos globais, verificou-se uma diminuição do tempo médio e da mediana até à realização da consulta, em relação a 2012. De facto, o tempo médio de resposta ao pedido de consulta em 2013 foi 120,5 dias (tinha sido de 122,9 dias em 2012) e a mediana do tempo até à realização da primeira consulta foi de 80,8 dias (em 2012 foram 81,5 dias), ficando abaixo dos 150 dias do TMRG estipulado na Portaria nº 1529/2008, de 26 de Dezembro.

Quadro 13 - Tempo médio de resposta e mediana do tempo decorridos até à realização da primeira consulta, em 2012 e 2013 (consultas realizadas*).

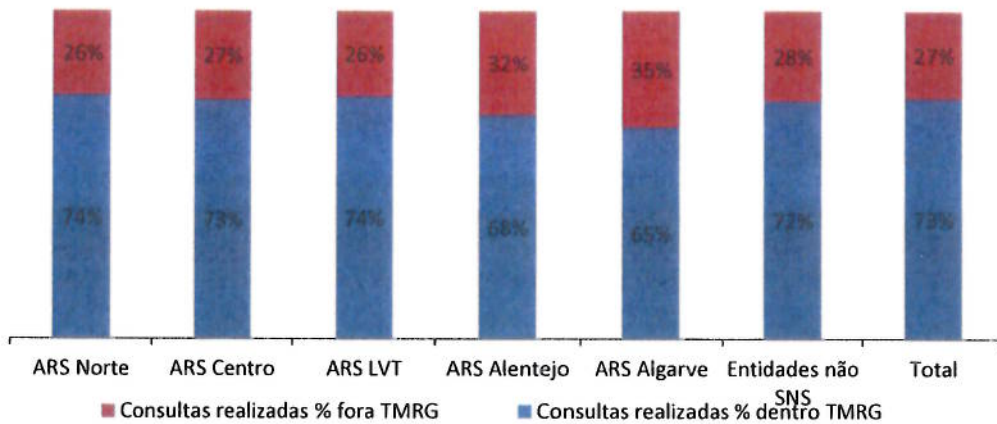
ARS de destino do pedido	Tempo médio de resposta ao pedido (dias)		Mediana do tempo até à realização da primeira consulta (dias)	
	2012	2013	2012	2013
ARS Norte	125,9	126,5	85,1	85,2
ARS Centro	130,2	113,9	79,5	77,1
ARS LVT	107,2	107,6	68,7	72,6
ARS Alentejo	158,3	133,8	75,0	74,1
ARS Algarve	202,2	189,2	111,7	95,2
Entidades não SNS	115,3	123,1	99,2	89,0
Total	122,9	120,5	81,5	80,8

Fonte: ADW-CTH (dados extraídos a 13 de Janeiro de 2014)

*Independentemente da data de inscrição do pedido

Analisando os tempos de reposta por ARS, verifica-se que a média nacional de consultas realizadas dentro do TMRG é de 73%, conforme se apresenta no gráfico seguinte.

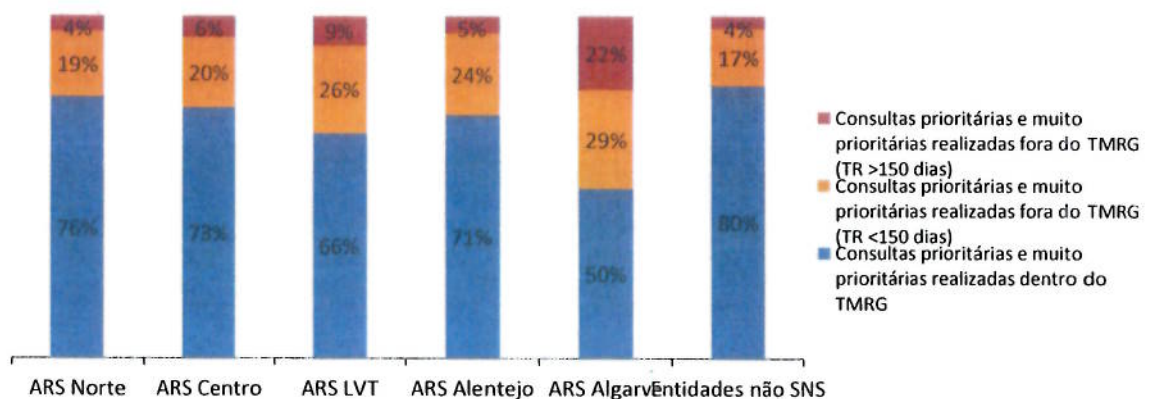
Gráfico 16 - Percentagem de consultas realizadas em 2013, dentro e fora dos TMRG, por região de saúde e entidades não SNS



Fonte: ADW-CTH (dados extraídos a 13 de Janeiro de 2014)

Dada a sua relevância, importa analisar separadamente os pedidos triados como prioritários e como muito prioritários. Neste âmbito, verificamos que as Entidades não SNS, a ARS Norte, ARS Centro e a ARS Alentejo encontram-se com valores superiores a 70% de consultas realizadas dentro do tempo (respetivamente 80%, 76%, 73% e 71%) e a ARS LVT possui um nível de 66% de consultas realizadas nestas circunstâncias, conforme o gráfico seguinte documenta.

Gráfico 17 - Percentagem de consultas realizadas em 2013, prioritárias e muito prioritárias, dentro e fora dos TMRG e, destas, as realizadas em mais de 150 dias, por região de saúde e entidades não SNS



Fonte: ADW-CTH (dados extraídos a 13 de Janeiro de 2014)

Produção Cirúrgica

O SIGIC abrange toda a atividade cirúrgica programada realizada no SNS, quer nos hospitais públicos, quer nos hospitais privados e sociais convencionados no âmbito do SIGIC para receber utentes do SNS. Desde a criação do SIGIC, é possível evidenciar uma progressiva melhoria dos indicadores de acesso a cirurgia programada, o que se confirma também no ano de 2013.

Conforme se pode constatar no quadro seguinte, em 2013, foram alvo de intervenção cirúrgica 544.377 inscritos para cirurgia, representando um crescimento de 1,9% face ao ano anterior e de 57,6% face a 2006 (oito anos).

Quadro 14 - Evolução global da oferta cirúrgica entre 2006 e 2013

Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ 2006/2013	Δ 2012/2013
Operados H. SNS (Inclui PPP)	331.473	375.418	426.007	451.374	458.497	460.789	482.302	502.251	51,5%	4,1%
Operados H. Convencionados	13.842	27.643	29.496	23.915	25.568	24.654	26.852	15.915	15,0%	-40,7%
Operados H. Protocolados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	18.476	25.261	26.211	n.a.	3,8%
Total operados	345.321	403.061	455.503	475.293	484.065	503.919	534.415	544.377	57,6%	1,9%
Média do TE dos operados (meses)	4,9	4,1	3,5	2,9	2,6	2,7	2,8	2,7	-46,0%	-5,9%
Operados padrão	420.386	501.389	504.751	493.523	483.096	497.938	535.218	557.991	32,7%	4,3%
Expurgo*	98.205	126.166	96.066	89.280	86.351	83.446	88.677	83.480	-15,0%	-5,9%

Fonte: SIGLIC – Relatório de 2013

Indicadores do ano de 2006 extraídos a 27.03.2007; Indicadores do ano de 2007 extraídos a 23.01.2008;

Indicadores do ano de 2008 extraídos a 27.02.2009; Indicadores do ano de 2009 extraídos a 06.04.2010;

Indicadores do ano de 2010 extraídos a 14.11.2011; Indicadores do ano de 2011 extraídos a 21.02.2012 (com correções efetuadas a 28.05.2012);

Indicadores do ano de 2012 extraídos a 01.06.2013; Indicadores do ano de 2013 extraídos a 15.03.2014;

Os hospitais públicos aumentaram a atividade cirúrgica em 4,1%, o melhor resultado de sempre, com 502.251 doentes operados, ultrapassando assim a barreira dos 500 mil. Por outro lado, o sector convencionado registou uma redução da atividade face a 2012 de 40,7%. Salienta-se que o recurso ao setor convencionado ocorre apenas quando 75% do TMRG é ultrapassado.

Para além desta análise global da oferta no âmbito do SIGIC, o quadro seguinte permite-nos constatar que o número de doentes propostos para cirurgia cresceu a um ritmo de 3,2% face ao ano anterior e 42,5% face a 2006 (oito anos) e do número de inscritos para cirurgia em 5,6%, face ao ano anterior².

Quadro 15 - Evolução dos indicadores de procura entre 2006 e 2013

Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ 2006/ 2013	Δ 2012/ 2013
Entradas em LIC	451.942	517.672	534.344	568.878	573.527	611.535	624.226	644.178	42,5%	3,2%
Nº de utentes inscritos (LIC)	221.208	197.150	174.179	164.751	162.211	180.356	166.798	176.128	-20,4%	5,6%
Mediana TE da LIC em meses	6,9	4,4	3,7	3,4	3,1	3,3	3,0	2,8	-58,9%	-4,6%
% inscritos que ultrapassam o TMRG	43,5%	24,2%	21,6%	18,4%	13,0%	15,8%	15,1%	12,8%	-65,3%	-15,3%

Fonte: SIGLIC – Relatório de 2013

Indicadores do ano de 2006 extraídos a 27.03.2007; Indicadores do ano de 2007

extraídos a 23.01.2008;

Indicadores do ano de 2008 extraídos a 27.02.2009; Indicadores do ano de 2009

Legenda:

LIC – Lista de inscritos para cirurgia

Nº – Número

² As entradas em lista correspondem ao número de doentes que foram inscritos para cirurgia durante o período em análise. A lista de inscritos para cirurgia corresponde ao número de doentes que aguardam cirurgia no final do mesmo período. Se o número de doentes operados for superior ao número de entradas em lista verificamos uma redução do número de inscritos para cirurgia.

extraídos a 06.04.2010;
Indicadores do ano de 2010 extraídos a 14.11.2011; Indicadores do ano de 2011
extraídos a 21.02.2012 (com correções efetuadas a 28.05.2012);
Indicadores do ano de 2012 extraídos a 01.06.2013; Indicadores do ano de 2013
extraídos a 15.03.2014.

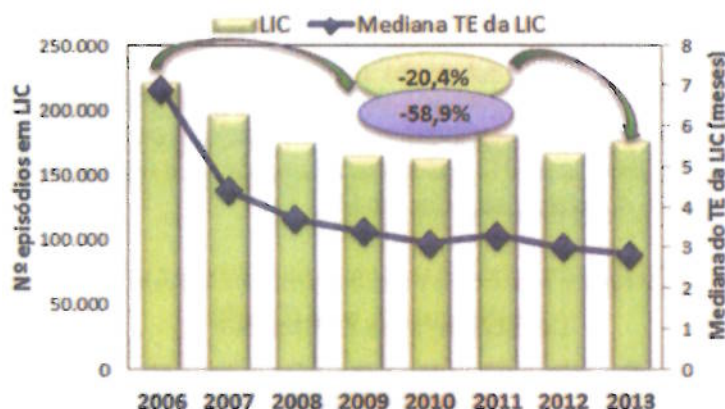
TE – Tempo de Espera
TMRG – Tempos Máximos de Resposta Garantidos

O aumento da atividade permitiu que o SNS tenha apresentado, em 2013, o mais baixo tempo de espera de sempre para cirurgias - 2,8 meses (pela primeira vez abaixo dos 3 meses).

Ao nível da percentagem de inscritos que ultrapassam os TMRG verificamos também uma forte redução de 15,3% em relação a 2012 (ano que já tinha registado uma redução de -4,5%, em relação a 2011). A melhoria deste indicador permitiu reduzir para 12,8% a percentagem dos doentes que não foram operados dentro dos tempos (quando em 2012 esta percentagem era de 15,1%), também o mais baixo resultado de sempre no SNS.

O gráfico seguinte representa a evolução do número de utentes inscritos para cirurgia (LIC) a nível nacional e o respetivo tempo de espera em termos medianos.

Gráfico 18 - Evolução da LIC e mediana de TE da LIC entre 2006 e 2013
Evolução da LIC e da mediana do TE da LIC (meses)



Fonte: SIGLIC – Relatório de 2013

O gráfico seguinte representa a evolução das saídas dos utentes inscritos por motivo em cada ano, nomeadamente por 4 motivos: terem sido operados em hospitais públicos; operados em hospitais convencionados; operados em hospitais protocolados e expurgados da LIC (por via de cancelamento, sem cirurgia realizada).

Gráfico 19 - Evolução das Saídas de LIC entre 2006 e 2013

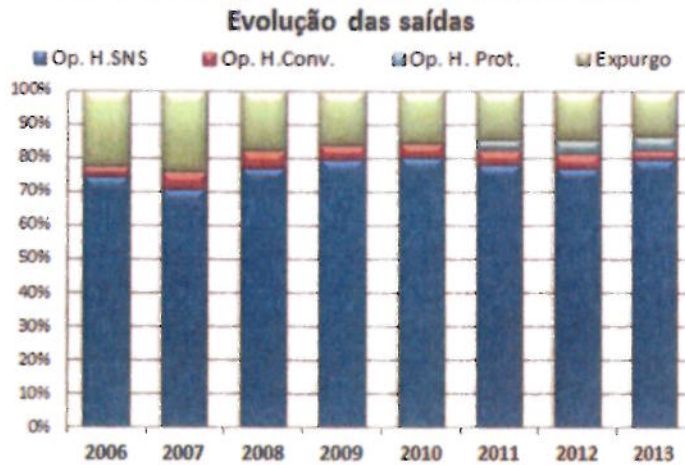


Figura 1. Evolução das Saídas de LIC entre 2006 e 2013

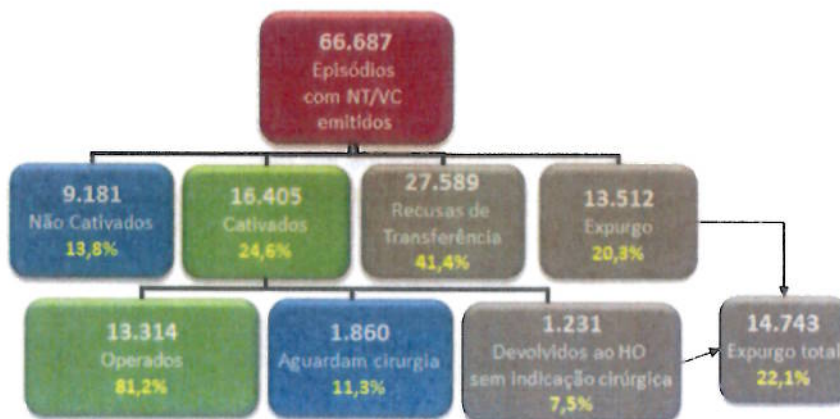
Fonte: SIGLIC – Relatório de 2013

Legenda:

Amb. – Ambulatório; Conv. – Convencionados; H. – Hospitais;
LIC – Lista de inscritos para cirurgia; MRA – Modalidade remuneratória alternativa;
Nº – Número; Op. – Operados; PPP – Parcerias público-privadas; Prot. – Protocolados;
TE – Tempo de Espera
n.a. - Não aplicável pois os protocolos só foram assinados em 2011.

As transferências asseguram a prestação dos cuidados cirúrgicos nos TMRG, sempre que o hospital de origem não tem capacidade para tal. Neste âmbito, o esquema seguinte apresenta a estrutura das transferências ocorridas em 2013, ou seja, a percentagem de utentes com vale de cirurgia emitidos (66.687 em 2013, valor bastante inferior aos 84.734 registados em 2012), os quais representam 10,4% do total de entradas em LIC.

Gráfico 20 - Diagrama referente às notas de transferência e vales cirurgia emitidos em 2013
De 01/Jan/13 a 31/Dez/13



Fonte: SIGLIC – Relatório de 2013

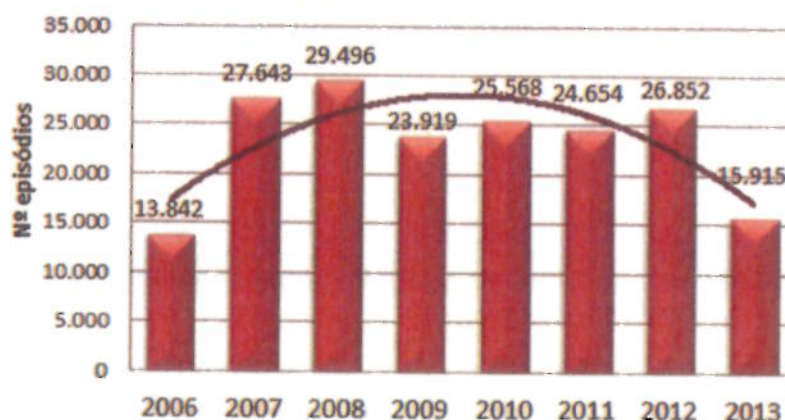
Legenda:

NT/VC – Nota de transferência/vale-cirurgia
HO – Hospital de origem

Conforme previsto no ano anterior, a atividade convencionada diminuiu significativamente em 2013 (-40,7% face ao ano de 2012), conforme demonstra o gráfico seguinte, por aumento da produtividade das instituições do SNS em favor do cumprimento dos TMRG.

Gráfico 21 - Produção cirúrgica em hospitais convencionados entre 2006 e 2013

Produção cirúrgica em hospitais convencionados desde 2006 até 2013



Fonte: SIGLIC - Relatório de 2013

Indicadores do ano de 2006 extraídos a 27.03.2007; Indicadores do ano de 2007 extraídos a 23.01.2008; Indicadores do ano de 2008 extraídos a 27.02.2009; Indicadores do ano de 2009 extraídos a 06.04.2010; Indicadores do ano de 2010 extraídos a 14.11.2011; Indicadores do ano de 2011 extraídos a 21.02.2012 (com correções efetuadas a 28.05.2012); Indicadores do ano de 2012 extraídos a 01.06.2013; Indicadores do ano de 2013 extraídos a 15.03.2014;

Um indicador importante de qualidade é o tempo de resolução da LIC (em meses), o qual representa o eventual tempo considerado necessário para resolver a LIC caso, a partir da data do cálculo, não se registassem mais entradas e o número médio de saídas por mês se mantivesse constante (tempo de resolução = LIC/(Saídas/mês)).

Gráfico 22 - Tempo de resolução da LIC (em meses) entre 2006 e 2013



Fonte: SIGLIC - Relatório de 2013

Conforme se constata, o tempo de resolução da LIC tem vindo a diminuir nos últimos anos, mantendo-se atualmente constante em redor dos 3 meses.

Analisando agora mais em detalhe a componente da atividade cirúrgica em relação às neoplasias malignas, constatamos que o número de doentes com cancro operados num ano, em todo o universo de prestadores (públicos, privados e protocolados), foi o maior de sempre, 44.264 doentes (+6,1% face ao ano anterior), conforme se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 16 - Evolução dos indicadores de oferta em neoplasias malignas entre 2006 e 2013

Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ 2006/2013	Δ 2012/2013
Operados NM H. SNS (Inclui PPP)	27.100	32.491	35.940	37.248	39.041	41.495	41.403	44.024	62,5%	6,3%
Operados NM H. Convencionados	9	36	140	432	362	379	217	139	1444,4%	-39,9%
Operados NM H. Protocolados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	122	85	101	n.a.	18,8%
Total Operados NM	27.109	32.527	36.080	37.680	39.403	41.996	41.705	44.264	63,3%	6,1%
Média TE dos Operados NM em dias	33	30	30	26	24	24	25	26	-21,2%	4,0%
Operados padrão NM	45.512	55.420	58.046	54.664	50.784	53.138	53.046	60.540	33,0%	14,1%

Fonte: SIGLIC – Relatório de 2013

Os hospitais públicos apresentaram um aumento da atividade cirúrgica em doentes com neoplasias malignas face a 2012, de mais 6,3%, tendo sido operado o maior número de doentes de sempre, 44.024 doentes. Apesar deste desempenho, a mediana de tempo de espera para doentes com neoplasias malignas foi de mais 1 dia em 2013, face a 2012. Apesar deste aumento de produção, o tempo de espera para cirurgias com cancro aumentou, o que reforça a necessidade de prevenir o aparecimento destas doenças, continuar a melhorar a articulação entre os cuidados primários e a intervenção hospitalar e encetar novas medidas para aumentar a resposta do SNS face à estimativa de aumento da incidência deste flagelo.

De facto, entre 2012 e 2013, a percentagem de inscritos com neoplasias malignas que ultrapassaram o TMRG apresentou um crescimento de 15,7%, conforme demonstra o quadro seguinte.

Quadro 17 - Evolução dos indicadores de procura em neoplasias malignas entre 2006 e 2013

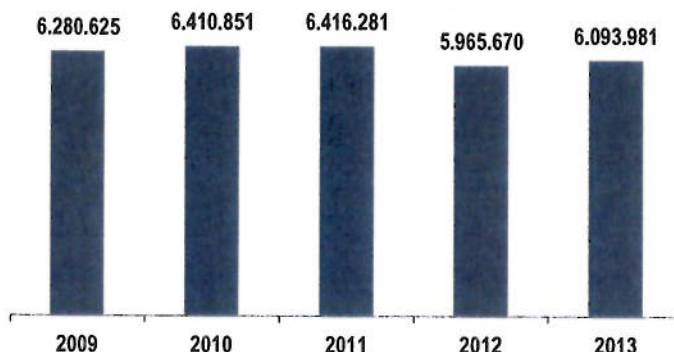
Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ 2006/2013	Δ 2012/2013
Entradas NM em LIC	33.064	38.279	40.565	42.066	44.610	47.144	46.827	49.349	49,3%	5,4%
Nº de utentes inscritos NM (LIC NM)	3.430	3.493	3.567	3.109	3.287	3.624	3.524	3.916	14,2%	11,1%
Mediana do TE da LIC NM em dias	51	40	35	27	22	25	26	27	-47,1%	3,8%
%Inscritos NM que ultrapassam o TMRG	55,1%	47,0%	37,5%	19,9%	16,5%	23,7%	21,7%	25,1%	-54,4%	15,7%

Fonte: SIGLIC – Relatório de 2013

Atendimentos Urgentes

A evolução da atividade de urgência hospitalar está muito dependente da sazonalidade dos surtos de doenças respiratórias infecciosas e ondas de calor. Ainda assim, e em linha com o esperado, regista-se em 2013 uma estabilização em redor dos 6 milhões de atendimentos urgentes nos Hospitais do SNS, face a 2012, conforme demonstra o gráfico seguinte.

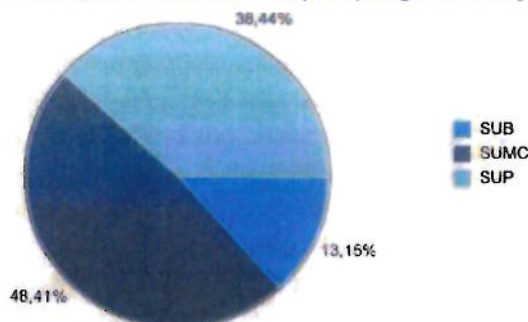
Gráfico 23 - Evolução dos atendimentos urgentes entre 2009 e 2013



Fonte: ACSS-SICA

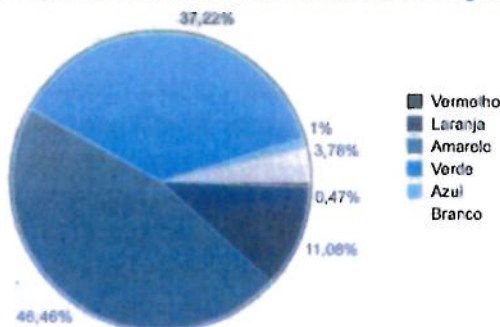
Em termos de distribuição por tipologia de urgência, verificamos que os serviços de urgência médico-cirúrgica (SUMC) são os mais procurados, seguidos pelos serviços de urgência polivalente (SUP) e serviços de urgência básica (SUB). Importa compreender que a oferta destas tipologias de serviços é dominada pelas SUB (18 geridas ao nível dos CSP e 22 geridas por hospitais). Por sua vez, os SUMC são 30 e os SUP 14.

Gráfico 24 - Percentagem de atendimentos por tipologia de serviços de urgência



Em termos de triagem de Manchester verifica-se a persistência do peso excessivo de atendimentos que podem ser observados em outros níveis de cuidados menos complexos. Face a estes dados crónicos será necessário equacionar a implementação de medidas concretas que promovam o redirecionamento de doentes para níveis de cuidados mais efetivos.

Gráfico 25 - Distribuição de atendimentos de acordo com a triagem de Manchester



7.1.3. Cuidados Continuados Integrados

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) resulta de uma parceria entre os Ministérios da Saúde e da Segurança e Solidariedade Social, e veio promover a abertura organizacional a novos modelos de cuidados, com incorporação de paradigmas de respostas intersectoriais e multidisciplinares, orientados para a prestação de cuidados numa ótica global de satisfação das necessidades das pessoas que apresentam dependência, com necessidade de cuidados de saúde e de apoio social.

Em 2013, os principais resultados obtidos pela RNCCI podem resumir-se da seguinte forma:

- A população atendida na RNCCI, em 2013, com idade superior a 65 anos representa 80,3% do total;
- A população com idade superior a 80 anos representa 51,8% do total, a maior percentagem registada desde o início de criação da RNCCI;
- O sexo feminino representa 55,2% dos utentes e 33% tem idade superior a 80 anos, enquanto nos homens representa cerca de 19%;
- 90% dos utentes atendidos na RNCCI têm um nível de escolaridade menor que 6 anos;
- Os utentes da RNCCI tinham previamente apoios de vários tipos destacando-se os apoios em alimentação, higiene e medicamentos, com mais de 50 % com apoio em alimentação e higiene;
- Os utentes incapazes e dependentes representam 97% da população, a mais elevada até ao momento, com 48% de incapazes e 49% de dependentes;
- A nível nacional, apesar do elevado grupo etário e nível de autonomia na admissão, que condicionam o sucesso da intervenção, foram atingidos os objetivos da intervenção planeada pelo Plano Individual de Intervenção em 79% dos casos;
- 11% dos utentes tiveram alta para respostas sociais. A nível nacional, 76% das altas foram para o domicílio, 77% dos quais tiveram necessidade de suporte;
- A incidência de úlceras de pressão na RNCCI em 2013 foi de 2,3%. A prevalência de quedas foi de 27%;
- A taxa de mortalidade na Rede foi de 13%. Os óbitos em ECCI representam 37% do total. A taxa de mortalidade em ECCI foi de 15%. A taxa de mortalidade em Unidades de internamento foi de 8,4%;
- O número de utentes assistidos em 2013 foi de 44.881. Foram assistidos 28.721 utentes em Unidades de internamento, 13.804 utentes em ECCI e 2.356 em EIH/ECSCP. O maior crescimento relaciona-se com os utentes assistidos em EIHSCP/ECSCP (acrécimo de 88%) e ECCI (acrécimo de 19%);
- A tipologia que mais utentes assistiu a nível nacional foi ECCI com 31%;
- Verifica-se que o Algarve é a região do país que maior % de utentes assistiu em relação à sua população com idade superior a 65 anos, com 5,7%, seguida do Alentejo com 3,6% e do Norte com 2,6%. LVT foi a região que menos % de utentes assistiu em relação à sua população com idade superior a 65 anos, com 1,5%. O Centro tem uma % de 2,1%;
- 44% dos utentes com necessidade de cuidados ou ações paliativas tiveram admissão direta através das EIHSCP. 65% dos utentes com necessidade de cuidados ou ações paliativas tiveram resposta fora das UCP;

- O acumulado de utentes assistidos é de 165.186.
- As unidades de internamento possuem uma taxa de ocupação elevada em 2013 a nível nacional, destacando-se a tipologia de longa duração e manutenção (95%). A taxa de ocupação de ECCI melhorou em relação a 2012, mas ainda com lugares disponíveis atendendo à capacidade registada no aplicativo informático que suporta o funcionamento da RNCCI;
- A demora média nas diferentes respostas da RNCCI diminuiu em Unidades de Convalescença passando para 29 dias a nível nacional. Diminuiu em ULDM passando para 161 dias. A demora média em UMDR situa-se nos 92 dias;
- As transferências para outras tipologias, a nível nacional são sobreponíveis a 2012 (72%).
- O número de lugares totais na RNCCI é de 13.695;
- Os lugares de internamento cresceram 12,4%, existindo um total de 6.642 camas. Os lugares de ULDM, dado que representam 90,4% do total de novas camas, representando atualmente esta tipologia 55,6% dos lugares de internamento disponíveis. O número de ECCI cresceu 10% em relação a 2012, existindo 267 ECCI em final de 2013 – 85 no Norte, 60 em LVT, 54 no Centro, 36 no Alentejo e 32 no Algarve.

7.2. Gestão do Acesso em 2013

Existem vários sistemas de informação (SI) que asseguram a nível nacional a monitorização do acesso a cuidados de saúde em áreas específicas. É o caso do Sistema de Informação de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC), do Sistema CTH, do Sistema de Informação para a Saúde Oral (SISO) ou do Sistema de Informação dos Benefícios Adicionais em Saúde (BAS), entre outros.

Estes SI vêm potenciar a indução de melhores práticas na organização da prestação de cuidados e na resposta do SNS, com ganhos de eficácia e eficiência, mais equidade no acesso a cuidados, maior responsabilização a todos os níveis do sistema de saúde e maior transparência da informação para todas as partes, utentes, profissionais e instituições prestadores de cuidados, entidades pagadoras, cidadãos em geral.

Outras iniciativas de desenvolvimento de TIC e SI específicos têm repercussões diretas ou indiretas no acesso a cuidados de saúde, como é o caso da Plataforma de Dados da Saúde (PDS), do "Microsite de Monitorização do Serviço Nacional de Saúde" ou dos *Dashboards* da Saúde, por exemplo.

7.2.1. SICTH - Sistema Integrado para gestão do acesso à 1ª consulta especialidade hospitalar

O Sistema Integrado de Referência e de Gestão do Acesso à Primeira Consulta de Especialidade Hospitalar nas Instituições do SNS, designado por CTH, foi criado em 2008 e assenta num sistema informático de referência dos pedidos de primeira consulta de especialidade hospitalar oriundos dos cuidados de saúde primários. O CTH gere a informação relativa aos pedidos de consulta dos médicos de família, desde o momento do seu registo no sistema informático até que fiquem concluídos, e possibilita uma melhor gestão do acesso a uma primeira consulta de especialidade no SNS.

O Regulamento do CTH foi aprovado pela Portaria n.º 615/2008, de 11 de julho, tendo como objetivo harmonizar os procedimentos inerentes à implementação e gestão do acesso à primeira consulta de especialidade hospitalar, estabelecendo um conjunto de regras que vinculam as instituições do SNS e os profissionais de saúde intervenientes no processo, articulando-os de forma criteriosa e transparente.

Em 2013, decorridos mais de cinco anos sobre a publicação da supracitada Portaria, e face à experiência adquirida na utilização do CTH, constatou-se a necessidade de adequar este Regulamento à nova realidade, mediante a publicação de nova portaria (Portaria n.º 95/2013, de 4 de março), mantendo-se, no entanto, inalteráveis a finalidade, os objetivos e os princípios, bem como a estrutura organizacional já consagradas naquele normativo.

Assim, o novo regulamento visa clarificar o acesso à consulta externa hospitalar e alargar ao CTH a referenciação de pedidos de primeira consulta de especialidade com origem nos hospitais do SNS e com origem em entidades com acordo de cooperação com o SNS. De igual forma, pretendeu-se clarificar a excecionalidade da referenciação proveniente de entidades privadas, passando estes pedidos de consulta a ser geridos pelo CTH. Deste modo, assegura-se que os pedidos de primeira consulta oriundos de um prestador público ou de um prestador privado obedecem aos mesmos princípios de transparência e uniformização do tratamento.

Para além destes aspetos, o novo regulamento define o conceito de falta não justificada do utente (idêntico ao conceito utilizado no código de trabalho) e estabelece o prazo para a justificação correspondente (informar cinco dias antes da impossibilidade de comparecer à consulta ou justificar a falta nos sete dias subsequentes à consulta), sendo esta uma matéria relevante para a homogeneização de procedimentos e combate às faltas injustificadas.

Finalmente, procedeu-se à inclusão de áreas multidisciplinares especializadas que têm vindo a autonomizar-se nos hospitais, a saber, a dor, a senologia, as doenças autoimunes e a diabetologia. A referenciação direta de pedidos de consulta para estas áreas resulta num benefício claro para os utentes e promove uma maior celeridade no acesso aos cuidados.

Ao CTH são reconhecidos os seguintes benefícios:

- Transparência no processo de marcação de primeira consulta de especialidade hospitalar no SNS;
- Triagem clínica nos hospitais com atribuição de níveis de prioridade às situações dos utentes;
- Uniformização do tratamento da informação sobre o acesso à primeira consulta de especialidade hospitalar;
- Mais eficácia e eficiência na resposta das instituições prestadoras de cuidados e maior facilidade na comunicação entre os profissionais de saúde;
- Melhor orientação dos utentes para a consulta da especialidade de que necessitam.

Em concreto, importa referir que o sistema contém toda a informação relativa ao pedido de consulta, desde o momento do seu registo inicial até à conclusão do mesmo. Assim, é centralizada numa única base de dados toda a informação correspondente à procura e resposta no que respeita às primeiras consultas de especialidade hospitalar no SNS.

7.2.2. SIGIC - Sistema Integrado de gestão de inscritos para cirurgia

O SIGIC, criado em 2004, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2004, de 24 de junho, efetua, através de uma base de dados centralizada, a gestão integrada da resposta do SNS no âmbito da cirurgia programada. O Regulamento do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia, publicado pela Portaria n.º 271/2012, de 4 de setembro (substitui o anterior regulamento aprovado pela Portaria n.º 45/2008, de 15 de janeiro), alarga o âmbito do SIGIC às entidades privadas convencionadas, de forma a melhor assegurar a liberdade de escolha dos utentes sempre que sejam ultrapassados 75% dos TMRG, a igualdade de acesso e tratamento cirúrgico nos TMRG.

O SIGIC é gerido através de um Sistema de Informação centralizado, o SIGLIC, o que contribui para a monitorização do tempo de acesso à cirurgia e permite controlar e avaliar de forma integrada todo o processo de gestão da Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC).

Importa, igualmente, destacar que o SIGIC continua em permanente evolução, visando gerir da melhor forma possível as necessidades de acesso dos utentes do SNS. A título de exemplo, as alterações introduzidas em 2012, como incentivo ao cumprimento dos TMRG e à utilização da capacidade instalada no SNS, o hospital de origem do doente passou a ter a responsabilidade financeira pela realização atempada de toda a atividade cirúrgica inscrita nas listas de inscritos para cirurgia da respetiva instituição hospitalar.

Com idêntico propósito, o prazo para emissão de nota de transferência cirúrgica entre hospitais públicos foi reduzida de 6 meses (75% do TMRG: emissão de cheque cirurgia para o setor convencionado) para 4 meses. Adicionalmente, e com o intuito de clarificar a separação entre prestação pública e privada, também desde 2012, a produção cirúrgica a realizar num hospital convencionado, no âmbito do SIGIC, só pode dar origem a faturação se a equipa médica cirúrgica que a efetuar não apresentar relação contratual com o hospital de origem do utente intervencionado.

7.2.3. SISO – Sistema de Informação para a Saúde Oral

O SISO incorpora as regras do Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral, de acordo com os processos definidos no Despacho n.º 4324/2008, de 22 de janeiro, que alarga aquele Programa, aprovado pelo Despacho n.º 153/2005, de 5 de janeiro.

Trata-se de uma aplicação web acedida por serviços públicos e por prestadores privados que inclui todas as funcionalidades necessárias à gestão do Programa a partir de qualquer nível da administração do sistema de saúde.

O SISO disponibiliza dados sobre a oferta de cuidados, o número e tipo de beneficiários, a utilização dos cheques-dentista, a saúde oral dos utentes. Permite, também, o acompanhamento da execução do programa na vertente da sua integração com o Programa de Saúde Escolar, o controlo da faturação e pagamento dos atos terapêuticos e, ainda, a emissão dos cheques-dentista.

7.2.4. PDS - Plataforma de Dados da Saúde

Nos últimos anos, os sistemas de informação da saúde têm evoluído de uma perspetiva focalizada nas unidades de saúde para uma visão integrada e em rede e mais orientada para o cidadão.

Neste sentido, surgiu durante o ano de 2012, a PDS - Plataforma de Dados da Saúde, um sistema que permite o registo e a partilha de informação clínica entre utentes, profissionais de saúde e entidades prestadoras de serviços de saúde.

A PDS constitui-se como o Registo de Saúde Eletrónico Português com as funcionalidades próprias de um registo e flexibilidade de uma plataforma de informação e comunicação, permitindo aos profissionais de saúde o acesso à informação clínica relevante dos utentes em qualquer ponto do país e possibilitando também o contacto direto entre utente e o seu médico de família.

A partilha de informação através da PDS é gerida e controlada pelo próprio utente, através do acesso via Portal do Utente. A partir do momento em que o utente autoriza a partilha de informação, o médico ou o enfermeiro de um serviço de saúde (hospitais, urgências, cuidados primários) pode consultar os seus dados de saúde através dos restantes portais e, deste modo, chegar mais rapidamente ao diagnóstico/terapêutica.

A versão final da PDS contempla cinco portais específicos, seguros e contextualizados, nomeadamente:



8 Desempenho económico-financeiro do SNS

8.1 Serviço Nacional de Saúde – Entidades do perímetro

Nos últimos exercícios económicos, tem ocorrido algumas alterações na composição do perímetro de consolidação do SNS. No exercício de 2013 verificou-se a incorporação do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE e do Hospital Central de Faro, EPE no Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E, pelo que, para efeitos de consolidação, foram consideradas as demonstrações financeiras completas desta última entidade e os rendimentos e gastos gerados por cada uma das duas entidades integradas até à data da sua integração contabilística, de forma a que os resultados gerados pelas entidades fundidas possam integrar as demonstrações de resultados consolidadas.

Desta forma, podemos referir que, relativamente ao ano de 2012, as demonstrações financeiras consolidadas e em especial o balanço consolidado se apresentam com um elevado grau de comparabilidade, permitindo aferir da evolução económico-financeira do SNS entre os anos de 2012 e 2013, salvaguardando alguns ajustamentos de conciliação que importa melhorar.

Apresenta-se de seguida a lista das entidades que compõem o perímetro de consolidação do SNS, identificando as que integram os sub-perímetros SPA e SEE e que foram objeto de consolidação em separado. À lista indicada acresce ainda os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, consolidados no SEE, identificado como MS-SEE.

Quadro 18 - Perímetro de consolidação (2013)

Ob	Entidades 2013	Durante	Durante	Durante	Início	Início	Fim	Fim
		tp.	cód.	meses	tp.	cód.	tp.	cód.
	Administração Central do Sistema de Saúde, IP	SPA	3	12	SPA	3	SPA	1
	Instituto Português do Sangue e da Transplantação	SPA	13	12	SPA	13	SPA	13
	Instituto Nacional de Saúde Dr.Ricardo Jorge, IP	SPA	22	12	SPA	22	SPA	22
	Hospital de José Luciano de Castro - Anadia	SPA	109	12	SPA	109	SPA	109
	Hospital Dr.Francisco Zagalo - Ovar	SPA	112	12	SPA	112	SPA	112
	Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	SPA	115	12	SPA	115	SPA	115
	Centro de Medicina de Reabilitação Dr.Rovisco Pais	SPA	141	12	SPA	141	SPA	141
	Instituto Oftalmológico Dr.Gama Pinto	SPA	147	12	SPA	147	SPA	147
	ARS Norte	SPA	891	12	SPA	891	SPA	891
	ARS Centro	SPA	892	12	SPA	892	SPA	892
	ARS Lisboa V.T.	SPA	893	12	SPA	893	SPA	893
	ARS Alentejo	SPA	894	12	SPA	894	SPA	894
	ARS Algarve	SPA	895	12	SPA	895	SPA	895
	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	SPA	950	12	SPA	950	SPA	950
	Centro Hospitalar do Oeste	SPA	953	12	SPA	953	SPA	953
	Centro Hospitalar da Cova da Beira, EPE	SEE	1001	12	SEE	1001	SEE	1001
	Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE	SEE	1003	12	SEE	1003	SEE	1003
	Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE	SEE	1008	12	SEE	1008	SEE	1008
	Hospital Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	SEE	1009	12	SEE	1009	SEE	1009
	Hospital Distrital de Santarém, EPE	SEE	1010	12	SEE	1010	SEE	1010
	Hospital Garcia da Orta, EPE - Almada	SEE	1012	12	SEE	1012	SEE	1012
	Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	SEE	1018	12	SEE	1018	SEE	1018
	Instituto Português de Oncologia - Coimbra, EPE	SEE	1029	12	SEE	1029	SEE	1029
	Instituto Português de Oncologia - Lisboa, EPE	SEE	1030	12	SEE	1030	SEE	1030
	Instituto Português de Oncologia - Porto, EPE	SEE	1031	12	SEE	1031	SEE	1031
(1)	Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE	SEE	1033	6	SEE	1033	SEE	1033
	Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	SEE	1034	12	SEE	1034	SEE	1034
	Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	SEE	1035	12	SEE	1035	SEE	1035
	Hospital do Espírito Santo, de Évora, EPE	SEE	1039	12	SEE	1039	SEE	1039
	Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	SEE	1040	12	SEE	1040	SEE	1040
	Centro Hospitalar Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	SEE	1042	12	SEE	1042	SEE	1042
	Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	SEE	1043	12	SEE	1043	SEE	1043
	Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE	SEE	1044	12	SEE	1044	SEE	1044
	Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia / Espinho, EPE	SEE	1045	12	SEE	1045	SEE	1045
	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	SEE	1046	12	SEE	1046	SEE	1046
	Centro Hospitalar do Porto, EPE	SEE	1047	12	SEE	1047	SEE	1047
	Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE	SEE	1048	12	SEE	1048	SEE	1048
	Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE	SEE	1049	12	SEE	1049	SEE	1049
	Centro Hospitalar Póvoa do Varzim - Vila do Conde, EPE	SEE	1051	12	SEE	1051	SEE	1051
(1)	Hospital Central de Faro, EPE	SEE	1052	6	SEE	1052	SEE	1052
	Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	SEE	1053	12	SEE	1053	SEE	1053
	Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	SEE	1054	12	SEE	1054	SEE	1054
	Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	SEE	1055	12	SEE	1055	SEE	1055
	Hospital Magalhães Lemos - Porto, EPE	SEE	1056	12	SEE	1056	SEE	1056
	Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE	SEE	1057	12	SEE	1057	SEE	1057
	Hospital Prof.Doutor Fernando Fonseca, EPE (Amadora-Sintra)	SEE	1058	12	SEE	1058	SEE	1058
	Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	SEE	1059	12	SEE	1059	SEE	1059
	Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	SEE	1061	12	SEE	1061	SEE	1061
	Centro Hospitalar de São João, EPE	SEE	1063	12	SEE	1063	SEE	1063
	Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	SEE	1064	12	SEE	1064	SEE	1064
	Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE	SEE	1065	12	SEE	1065	SEE	1065
	Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE	SEE	1066	12	SEE	1066	SEE	1066
	Centro Hospitalar de Leiria-Pombal, EPE	SEE	1067	12	SEE	1067	SEE	1067
	Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	SEE	1068	12	SEE	1068	SEE	1068
	Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	SEE	1069	12	SEE	1069	SEE	1069
(1)	Centro Hospitalar do Algarve, EPE	SEE	1070	6	SEE	1070	SEE	1070

Decreto-Lei n.º 69/2013, de 17 de maio

- (1) Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E., absorveu as seguintes entidades:
Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E.P.E.
Hospital Central de Faro, E.P.E.

8.2 Processo de consolidação

A consolidação das entidades do SNS foi efetuada através do método de consolidação integral. Tomou-se como base os balancetes analíticos antes do apuramento dos resultados e a discriminação dos fluxos de caixa de todas as entidades compreendidas no perímetro de consolidação e procedeu-se às seguintes verificações e operações de consolidação:

- ✓ Verificou-se se as quantias expressas nos referidos elementos contabilísticos com natureza analítica eram convergentes com as expressas nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do perímetro. Desta forma foi garantida uma identidade total entre as demonstrações financeiras individuais e as demonstrações financeiras agregadas dessas entidades;
- ✓ Procedeu-se à agregação das contas analíticas de todas as entidades do perímetro, por forma a ser obtido um balancete analítico do seu conjunto como um todo. Foram realizados testes de coerência dos valores agregados de forma a ter segurança de que não houve omissões nem duplicações de qualquer quantia;
- ✓ Por não ser aplicável, não se procedeu à operação de "eliminação de participações financeiras";
- ✓ Procedeu-se à anulação de saldos das contas ativas e passivas entre as entidades do perímetro (saldos intra-grupo), sendo que muitas resultaram da análise da estrutura de contas do balancete analítico e outras através de recolha de informação de saldos intra grupo obtida junto das entidades. Havendo diferentes procedimentos de registo entre as entidades do perímetro, os saldos não poderiam estar totalmente conciliados, pelo que se procedeu ao respetivo ajustamento em contas de terceiros;
- ✓ Procedeu-se à anulação de saldos das operações de proveitos e custos entre as entidades do perímetro (saldos intra-grupo), sendo que muitas resultaram da análise da estrutura de contas do balancete analítico e outras através de recolha de informação de operações intra grupo obtida junto das entidades. Havendo diferentes procedimentos de registo entre as entidades do perímetro, os saldos não poderiam estar totalmente conciliados, pelo que se procedeu ao respetivo ajustamento em contas de resultados;
- ✓ Elaborou-se um balancete analítico consolidado, a partir do qual se apuraram as quantias a reconhecer nas demonstrações financeiras consolidadas, designadamente o Balanço e a Demonstração dos Resultados Consolidados;
- ✓ Procedeu-se de igual forma para efeito de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa consolidados, a partir das demonstrações dos fluxos de caixa individuais e eliminando recebimentos e pagamentos entre as entidades do perímetros, informação obtida a partir dos registos de cada uma das entidades.

8.3 Síntese das demonstrações financeiras consolidadas

Do processo anterior resultaram as demonstrações financeiras consolidadas, que se apresentam de seguida. Como anteriormente referido, estas demonstrações financeiras foram estruturadas em três conjuntos, designadamente:

- ✓ O Grupo formado por todas as entidades que integram o perímetro do Serviço Nacional de Saúde, a que designaremos por “SNS”;
- ✓ Um Sub-Grupo formado por todas as entidades do setor empresarial do Serviço Nacional de Saúde (EPEs), a que designaremos por “SEE”;
- ✓ Um Sub-Grupo formado por todas as entidades do setor administrativo do Serviço Nacional de Saúde (SPAs), a que designaremos por “SPA”.

8.3.1 Balanço Consolidado

Os valores dos elementos (ativo, fundos próprios, passivo) das classes patrimoniais que compõem o balanço do SNS sofreram alterações significativas, face a 2012, registando-se em todos os perímetros de consolidação uma clara redução dos fundos próprios e em particular no SEE que perdeu quase metade dos transitados de 2012.

Há no entanto que salientar a redução do passivo ao nível do SNS, na ordem dos 14% em relação a 2012. No que respeita ao SEE e SPA os elementos patrimoniais ativos e passivos podem estar muito influenciado por saldos intra-grupo SNS, mas não elimináveis na consolidação dos subgrupos, pelo que não se pode dos mesmos tirar ilações relevantes.

A redução do passivo ao nível do balanço do SNS, é fruto de um esforço do Serviço Nacional de Saúde na regularização de dívidas a fornecedores.

Quadro 19 - Evolução das classes do Balanço Consolidado

Evolução das classes do Balanço Consolidado	(euros)					
	SEE		SPA		SNS	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativo Líquido	5.774.369.003	5.244.025.349	1.834.240.959	2.206.082.845	4.477.678.173	5.465.201.420
Variações (em %)	10%		-17%		-18%	
Fundos Próprios	269.216.570	503.552.283	213.986.649	321.195.571	483.203.219	824.747.855
Variações (em %)	-47%		-33%		-41%	
Passivo	5.505.152.433	4.740.473.066	1.620.254.309	1.884.887.274	3.994.474.954	4.640.453.566
Variações (em %)	16%		-14%		-14%	

Fonte: ACSS_Elaboração própria.

8.3.2 Demonstração dos Resultados Consolidados

Embora se denote um contenção nos custos em relação ao ano anterior, a redução dos proveitos a nível global, na ordem dos 17% levou a que os resultados apurados no exercício de 2013 fossem negativos, quer no SNS, quem em ambos os sub-grupos. O incremento dos rendimentos no SEE permitiu que o resultado obtido em 2013, embora negativo, seja menos gravoso que o ocorrido no ano imediatamente anterior.

Apresenta-se um quadro que revela de forma sintética a evolução das grandezas económicas do ano de 2013, comparativamente a 2012.

Quadro 20 - Evolução dos Custos, Proveitos e Resultado Líquido Consolidados

Evolução dos custos, proveitos e resultado consolidado	SEE		SPA		SNS	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Custos totais	5.015.502.838	5.004.154.854	8.376.425.229	8.350.363.288	8.912.759.139	8.881.623.191
Variações (em %)	1,0%		0,3%		0,4%	
Porveitos totais	4.789.567.078	4.662.849.796	8.325.172.829	10.251.391.203	8.635.570.978	10.441.346.047
Variações (em %)	4%		-19%		-17%	
Resultado líquido consolidado	-225.935.761	-341.305.059	-51.252.400	1.901.027.915	-277.188.161	1.559.722.856
Variações (em %)	35%		NA		NA	

Fonte: ACSS_Elaboração própria.

8.3.3 Outros indicadores económico-financeiros

Quanto à situação económica e financeira é de referir uma quebra nos indicadores de liquidez, em consequência do aumento do rácio de endividamento na ordem dos 5%. Tais indicadores refletem que se esteve perante um exercício económico com gestão muito controlada e escassez de recursos financeiros.

Quadro 21 - Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros 2012 - 2013	SEE		SPA		SPA	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Autonomia financeira (Fundos Próprios / Ativo)	4,7%	9,6%	11,7%	14,6%	10,8%	15,1%
Solvabilidade (Fundos próprios / Passivo)	4,9%	10,6%	13,2%	17,0%	12,1%	17,8%
Relação dívida e Fundos próp. (Passivo / Fundos Próprios)	20,45	9,41	7,57	5,87	8,27	5,63
Endividamento (Passivo / Ativo)	95,3%	90,4%	88,3%	85,4%	89,2%	84,9%
Liquidez Geral (ativo circulante /Passivo curto prazo)	70,8%	70,2%	70,5%	81,6%	47,3%	61,9%
Liquidez reduzida [(ativo circ-exist) / Passivo curo prazo]	68,3%	67,1%	66,4%	78,5%	42,0%	57,4%
Liquidez imediata (disponibilidades / Passivo curto prazo)	5,4%	5,7%	18,3%	34,1%	15,0%	19,8%
Fundo de Maneio (Capitais Permanentes - Ativos fixos)	-1.638.096.832	-1.443.276.552	-501.227.062	-373.888.786	-2.139.474.894	-1.817.165.338
Dívidas a fornecedores externos	1.288.202.209	1.349.162.567	542.854.992	749.249.702	1.841.277.036	2.191.658.245

Fonte: ACSS_Elaboração própria.

Quadro 22 - Indicadores Económicos

Indicadores Económicos 2012 - 2013	SEE		SPA		SNS	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Custos Totais / Proveitos Totais	104,7%	107,3%	100,6%	81,5%	103,2%	85,1%
Resultado Líquido / Proveitos Totais	-4,7%	-7,3%	-0,6%	18,5%	-3,2%	14,9%
Meios Libertos Operacionais (EBITDA)	-166.828.129	-195.673.695	48.715.843	1.969.168.526	-54.547.956	1.790.139.227
Variação do EBITDA	15%		NA		NA	
Resultado Líquido / Fundos próprios	-46,8%	-41,4%	-10,6%	230,5%	-57,4%	189%

Fonte: ACSS_Elaboração própria.

9 Demonstrações Financeiras Consolidadas

9.1 Serviço Nacional de Saúde (SNS)

9.1.1 Balanço Consolidado, em 31 de dezembro – Ativo



Euros

Código	Rubricas	31-12-2013			31-12-2012
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público:				0
451	Terrenos e recursos naturais	22.208.775	0	22.208.775	22.208.775
452	Edifícios	115.233.929	17.625.770	97.608.159	102.827.499
453	Outras construções e infra-estruturas	24.646	972	23.674	0
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0
459	Outros bens de domínio público	0	0	0	0
445	Imobilizações em curso de bens de domínio público	443.111		443.111	1.254.125
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0		0	0
		137.910.461	17.626.742	120.283.719	126.290.399
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	11.882.367	10.107.501	1.774.866	1.907.888
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	15.424.789	15.206.461	218.328	589.544
433	Propriedade industrial	2.773.954	376.954	2.397.000	1.492.250
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	582.200		582.200	828.086
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0		0	0
		30.663.310	25.690.916	4.972.394	4.817.769
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	196.189.554	86.053	196.103.500	191.826.332
422	Edifícios e outras construções	2.401.387.795	728.104.243	1.673.283.552	1.467.411.664
423	Equipamento básico	1.647.327.283	1.360.368.765	286.958.518	332.059.778
424	Equipamento de transporte	33.214.281	26.953.531	6.260.750	7.422.583
425	Ferramentas e utensílios	4.775.889	4.187.195	588.693	678.714
426	Equipamento administrativo	661.762.333	589.906.416	71.855.917	94.452.175
427	Taras e vasilhame	178.553	145.634	32.919	36.294
429	Outras imobilizações corpóreas	14.476.532	11.643.572	2.832.961	3.191.430
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	268.247.972		268.247.972	409.263.482
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1.710.567		1.710.567	2.558.519
		5.229.270.759	2.721.395.410	2.507.875.349	2.508.900.972
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	601	0	601	601
412	Obrigações e títulos de participação	250	0	250	250
414	Investimentos em imóveis	5.515.761	0	5.515.761	4.541.758
415	Outras aplicações financeiras	6.090	0	6.090	10.006.713
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros	47.286		47.286	47.286
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0		0	0
		5.569.988	0	5.569.988	14.596.608
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	203.849.943	1.452.521	202.397.422	203.604.017
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0	0	0	0
33	Produtos acabados e intermédios	131.311	0	131.311	131.311
32	Mercadorias	3.848.854	0	3.848.854	88.144
37	Adiantamentos por conta de compras	0		0	0
		207.830.109	1.452.521	206.377.588	203.823.473
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
		0	0	0	0
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos	0		0	0
211	Clientes, c/c	193.177.080	13.484.978	179.692.102	295.853.923
213	Utentes, c/c	16.548.208		16.548.208	17.939.423
215	Instituições do Estado	96.103.061		96.103.061	32.391.049
218	Clientes e utentes de cobrança duvidosa	139.050.690	136.039.674	3.011.016	86.674
251	Devedores pela execução do orçamento	0		0	108
229	Adiantamentos a fornecedores	10.636.528		10.636.528	6.939.451
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	2.680.925		2.680.925	2.080.113
24	Estado e outros entes públicos	9.969.540		9.969.540	25.349.918
2/3/4+266/	Outros devedores	590.330.498	14.537.707	575.792.791	809.346.633
		1.058.496.531	164.062.359	894.434.172	1.189.987.292
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0	0	0	0
152	Obrigações e títulos de participação	0	0	0	0
153	Títulos da dívida pública	4.200.000	0	4.200.000	4.200.000
159	Outros títulos	35.776	0	35.776	35.776
18	Outras aplicações de tesouraria	43.400.000	0	43.400.000	41.900.000
		47.635.776	0	47.635.776	46.135.776
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
13	Conta no Tesouro	508.098.441		508.098.441	821.072.015
12	Depósitos em instituições financeiras	26.647.670		26.647.670	30.239.660
11	Caixa	747.675		747.675	2.078.722
		535.493.786	0	535.493.786	853.390.397
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	151.336.700		151.336.700	312.091.732
272	Custos diferidos	3.698.702		3.698.702	205.167.002
		155.035.402		155.035.402	517.258.734
	Total de amortizações		2.764.713,068		
	Total de provisões		165.514,880		
	Total do activo	7.407.906.121	2.930.227.948	4.477.678.173	5.465.201.420

9.1.2 Balanço Consolidado, em 31 de dezembro – Fundos Próprios e Passivo (SNS)

		Euros	
Código	Rubricas	31-12-2013	31-12-2012
	Fundos próprios:		
51	Património	2.768.950.174	2.720.204.256
56	Reservas de reavaliação	265.902.266	279.402.530
	Reservas:		
571	Reservas legais	31.728.781	29.458.878
572	Reservas estatutárias	55.548.074	54.765.579
574	Reservas livres	364.782.954	350.278.160
575	Subsídios	357.079.539	383.745.161
576	Doações	115.625.335	112.572.437
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	277.344.434	420.741.088
		1.202.109.118	1.351.561.303
59	Resultados transitados	-3.476.570.177	-5.086.143.091
88	Resultado líquido do exercício	-277.188.161	1.559.722.856
	Total dos fundos próprios	483.203.219	824.747.855
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	87.340.929	83.952.181
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
23	Empréstimos obtidos	12.660.396	12.692.555
261	Fornecedores de imobilizado - leasing	3.513.941	0
		16.174.337	12.692.555
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
219	Adiantamentos de clientes, utentes e instituições M	63.756.184	-43.876.858
221	Fornecedores, c/c	1.319.809.075	1.410.378.889
228	Fornecedores - facturas em recepção e conferência	32.801.651	37.001.922
23	Empréstimos obtidos	461.739.404	459.552.223
252	Credores pela execução do orçamento	0	0
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	40.082.025	55.295.813
24	Estado e outros entes públicos	91.186.781	100.453.219
52/3/4+267	Outros credores	461.901.739	698.001.185
		2.471.276.859	2.716.806.393
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	780.509.796	1.163.543.179
274	Proveitos diferidos	639.173.034	663.459.256
		1.419.682.830	1.827.002.436
	Total do Passivo	3.994.474.954	4.640.453.566
	Total dos Fundos próprios e do Passivo	4.477.678.173	5.465.201.420

9.1.3 Demonstração dos Resultados Consolidados, em 31 de dezembro – Custos e perdas (SNS)

Pag.1 (Euros)

Código	Custos e perdas	Ano de 2013		Ano de 2012	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
612	Mercadorias	0		0	
616	Matérias	1.495.949.313		1.526.513.235	
62	Fornecimentos e serviços externos	3.537.723.985	5.033.673.299	3.682.321.906	5.208.835.140
64	Custos com o pessoal:				
641	Remunerações dos órgãos directivos	16.017.753		15.864.285	
642	Remunerações base de pessoal	2.815.442.885		2.775.927.875	
	Encargos sociais:				
643	Pensões	11.280.256		12.248.127	
645	Encargos sobre remunerações	601.115.902		487.633.874	
646	Seguros acidentes trabalho e doenças profissio	5.463.900		5.074.268	
647	Encargos sociais voluntários	8.953.797		10.616.628	
648	Outros custos com o pessoal	8.313.668		8.762.436	
649	Estágios profissionais	422.634	3.467.010.795	10.332	3.316.137.826
63	Transferências correntes concedidas e prestações	43.747.983	43.747.983	67.759.518	67.759.518
66	Amortizações do exercício	202.165.226		219.351.787	
67	Provisões do exercício	23.872.005	226.037.231	59.955.289	279.307.076
65	Outros custos e perdas operacionais	6.021.839	6.021.839	7.058.534	7.058.534
	(A)		8.776.491.147		8.879.098.094
68	Custos e perdas financeiros		13.662.702		18.683.827
	(C)		8.790.153.848		8.897.781.921
69	Custos e perdas extraordinários		116.012.725		-22.102.473
	(E)		8.906.166.574		8.875.679.447
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		6.592.565		5.943.744
	(G)		8.912.759.139		8.881.623.191
88	Resultado líquido do exercício		-277.188.161		1.559.722.856
			8.635.570.978		10.441.346.047

9.1.4 Demonstração dos Resultados Consolidados, em 31 de dezembro – Proveitos e ganhos (SNS)

Pag.2 (Euros)

Código	Proveitos e ganhos	Ano de 2013		Ano de 2012	
71	Vendas e prestações de serviços:				
711	Vendas	1.535.114		2.373.502	
712	Prestações de serviços	325.452.559	326.987.673	459.815.523	462.189.024
72	Impostos, taxas e outros	2.692.466		2.813.902	
75	Trabalhos para a própria entidade	0		5.922	
73	Proveitos suplementares	16.279.943		17.009.911	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro	7.929.988.582		9.693.924.252	
742	Transferências correntes obtidas	48.433.224		39.842.802	
743	Subsídios correntes obtidos - outros entes públicos	2.533.268		1.530.072	
749	De outras entidades	90.573.246		88.316.015	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	78.417.558	8.168.918.287	84.298.343	9.927.741.221
	(B)		8.495.905.960		10.389.930.245
78	Proveitos e ganhos financeiros		11.848.456		39.043.143
	(D)		8.507.754.416		10.428.973.388
79	Proveitos e ganhos extraordinários		127.816.562		12.372.659
	(F)		8.635.570.978		10.441.346.047
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			-280.585.187		1.510.832.151
Resultados financeiros: [(D - B)] - [(C - A)] =			-1.814.245		20.359.316
Resultados correntes: (D) - (C) =			-282.399.432		1.531.191.467
Resultados extraordinários			11.803.836		34.475.133
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			-270.595.596		1.565.666.600
Imposto sobre o rendimento do exercício			6.592.565		5.943.744
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =			-277.188.161		1.559.722.856

9.1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados, em 31 de dezembro (SNS)

	Exercício 2013		Exercício 2012	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	580.733.702		1.419.387.423	
Pagamentos a fornecedores	5.015.128.601		6.248.779.753	
Pagamentos ao pessoal	3.379.683.809		3.146.464.006	
Fluxo gerado pelas operações	-7.814.078.708		-7.975.856.336	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	125.926.584		11.166.907	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	105.944.316		130.058.270	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	-7.582.207.808		-7.856.964.973	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	20.567.579		-658.289.670	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	23.743.104		13.526.394	
Fluxos das actividades operacionais [1]		-7.585.383.333		-8.528.781.037
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	10.000.161		0	
Imobilizações corpóreas	4.020.653		40.888.104	
Imobilizações incorpóreas	492.936		0	
Juros e proveitos similares	6.535.511		24.027.080	
Dividendos	0		19.710.900	
Outros	4.969.116		0	
Subsídios de investimento	18.613.878	44.632.256	8.483.378	93.109.462
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	0		0	
Imobilizações corpóreas	66.689.680		133.446.759	
Imobilizações incorpóreas	566.166		275.014	
Bens de domínio público	42.114.038	109.369.885	84.076.858	217.798.631
Fluxos das actividades de investimento [2]		-64.737.629		-124.689.169
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	0		0	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	0		0	
Subsídios e doações	7.381.628.862		7.819.094.272	
Venda de acções (quotas) próprias	0		0	
Cobertura de prejuízos	1.992.413		0	
Outros	0	7.383.621.274	1.315.724.373	9.134.818.645
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	29.168		8.623.807	
Amortização de contratos de locação financeira	282.630		446.362	
Juros e custos similares	11.633.486		11.271.755	
Dividendos	0		0	
Reduções de capital e prestações suplementares	0		0	
Aquisição de acções (quotas) próprias	0		0	
Outros	37.951.562	49.896.846	17.121.814	37.463.738
Fluxos das actividades de financiamento [3]		7.333.724.428		9.097.354.907
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		-316.396.533		443.884.701
Efeito das diferenças de câmbio		5.800		0
Caixa e seus equivalentes no início do período		899.526.095		455.641.394
Caixa e seus equivalentes no fim do período		583.129.562		899.526.095

9.2 Setor Público Administrativo (SPA)

9.2.1 Balanço Consolidado, em 31 de dezembro – Ativo

Código	Rubricas	Euros			
		31-12-2013		31-12-2012	
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público:				
451	Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
452	Edifícios	0	0	0	0
453	Outras construções e infra-estruturas	0	0	0	0
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0
459	Outros bens de domínio público	0	0	0	0
445	Imobilizações em curso de bens de domínio público	4.631		4.631	4.631
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0		0	0
		4.631	0	4.631	4.631
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	7.992.765	6.439.891	1.552.874	1.559.265
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	11.091.684	11.083.638	8.047	196.293
433	Propriedade industrial	2.454.861	121.308	2.333.553	1.489.437
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	0		0	0
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0		0	0
		21.539.310	17.644.836	3.894.473	3.244.995
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	24.075.311	74.401	24.000.910	24.393.271
422	Edifícios e outras construções	675.699.629	205.166.863	470.532.766	352.081.288
423	Equipamento básico	197.865.398	146.876.822	50.988.576	50.875.650
424	Equipamento de transporte	17.776.802	13.713.383	4.063.419	4.665.159
425	Ferramentas e utensílios	483.619	402.006	81.613	69.486
426	Equipamento administrativo	246.486.352	215.413.458	31.072.894	41.382.349
427	Taras e vasilhame	66.410	34.849	31.561	34.065
429	Outras imobilizações corpóreas	1.834.730	1.262.799	571.930	621.920
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	128.603.041		128.603.041	217.161.416
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	501.095		501.095	501.095
		1.293.392.388	582.944.583	710.447.805	691.785.699
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	0	0	0	0
412	Obrigações e títulos de participação	250	0	250	250
414	Investimentos em imóveis	817.770	0	817.770	0
415	Outras aplicações financeiras	1.496	0	1.496	1.496
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros	47.286		47.286	47.286
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0		0	0
		866.802	0	866.802	49.032
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	61.552.323	0	61.552.323	57.619.945
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0	0	0	0
33	Produtos acabados e intermédios	0	0	0	0
32	Mercadorias	3.760.710	0	3.760.710	0
37	Adiantamentos por conta de compras	0		0	0
		65.313.033	0	65.313.033	57.619.945
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:	0	0	0	0
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos	0		0	0
211	Clientes, c/c	66.262.990	6.316.088	59.946.902	104.868.691
213	Utentes, c/c	9.051.704		9.051.704	10.565.893
215	Instituições do Estado	83.588.088		83.588.088	82.020.023
218	Clientes e utentes de cobrança duvidosa	5.072.282		5.072.282	941.253
251	Devedores pela execução do orçamento	0		0	108
229	Adiantamentos a fornecedores	1.098.804		1.098.804	1.040.066
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	290.200		290.200	289.754
24	Estado e outros entes públicos	2.898.855		2.898.855	10.386.294
262/3/4+266/7/8	Outros devedores	327.235.894	849.185	326.386.708	354.458.498
		495.498.817	7.165.274	488.333.543	564.570.580
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0	0	0	0
152	Obrigações e títulos de participação	0	0	0	0
153	Títulos da dívida pública	0	0	0	0
159	Outros títulos	0	0	0	0
18	Outras aplicações de tesouraria	1.500.000	0	1.500.000	0
		1.500.000	0	1.500.000	0
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
13	Conta no Tesouro	283.616.494		283.616.494	619.170.456
12	Depósitos em instituições financeiras	4.930.788		4.930.788	10.460.687
11	Caixa	295.274		295.274	1.715.418
		288.842.557	0	288.842.557	631.346.561
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	55.587.847		55.587.847	53.552.877
272	Custos diferidos	219.450.266		219.450.266	203.908.525
		275.038.114		275.038.114	257.461.403
	Total de amortizações		600.589.419		
	Total de provisões		7.165.274		
	Total do activo	2.441.995.651	607.754.693	1.834.240.959	2.206.082.845

9.2.2 Balanço Consolidado, em 31 de dezembro – Fundos Próprios e Passivo (SPA)

		<i>Euros</i>	
Código	Rubricas	31-12-2013	31-12-2012
	Fundos próprios:		
51	Património	863.330.947	814.585.028
56	Reservas de reavaliação	11.411.047	11.411.047
	Reservas:		
571	Reservas legais	0	0
572	Reservas estatutárias	0	0
574	Reservas livres	1.482.341	1.482.341
575	Subsídios	234.709.351	256.649.095
576	Doações	13.061.135	11.962.482
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	79.537.149	78.588.990
		328.789.976	348.682.907
59	Resultados transitados	-938.292.921	-2.754.511.326
88	Resultado líquido do exercício	-51.252.400	1.901.027.915
	Total dos fundos próprios	213.986.649	321.195.571
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	33.632.050	33.871.822
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
23	Empréstimos obtidos	0	0
261	Fornecedores de imobilizado - leasing	0	0
		0	0
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
219	Adiantamentos de clientes, utentes e instituições MS	694.932	581.445
221	Fornecedores, c/c	101.655.082	131.369.698
228	Fornecedores - facturas em recepção e conferência	-9.848.579	72.274
23	Empréstimos obtidos	0	0
252	Credores pela execução do orçamento	0	0
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	5.486.420	7.311.656
24	Estado e outros entes públicos	12.238.530	28.054.742
262/3/4+267/8	Outros credores	446.951.074	611.825.894
		557.177.459	779.215.709
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	655.197.801	682.411.290
274	Proveitos diferidos	374.246.999	389.388.453
		1.029.444.800	1.071.799.743
	Total do Passivo	1.620.254.309	1.884.887.274
	Total dos Fundos próprios e do Passivo	1.834.240.959	2.206.082.845

9.2.3 Demonstração dos Resultados Consolidados, em 31 de dezembro – Custos e perdas (SPA)

Pag.1 (Euros)

Código	Custos e perdas	Ano de 2013		Ano de 2012	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
612	Mercadorias	0		0	
616	Matérias	89.156.812		103.218.640	
62	Fornecimentos e serviços externos	7.193.095.327	7.282.252.139	7.160.617.475	7.263.836.115
64	Custos com o pessoal:				
641	Remunerações dos órgãos directivos	4.280.994		5.107.440	
642	Remunerações base de pessoal	755.494.297		721.811.943	
	Encargos sociais:				
643	Pensões	3.880.843		6.605.713	
645	Encargos sobre remunerações	156.429.249		121.384.008	
646	Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	73.648		75.473	
647	Encargos sociais voluntários	3.664.023		3.427.226	
648	Outros custos com o pessoal	551.016		1.618.724	
649	Estágios profissionais	306.305	924.680.375	2.398	860.032.924
63	Transferências correntes concedidas e prestações soc	37.402.872	37.402.872	67.753.458	67.753.458
66	Amortizações do exercício	44.605.635		59.552.169	
67	Provisões do exercício	5.124.052	49.729.686	27.535.364	87.087.532
65	Outros custos e perdas operacionais	1.276.691	1.276.691	1.430.783	1.430.783
	(A)		8.295.341.764		8.280.140.812
68	Custos e perdas financeiros		1.203.306		6.602.510
	(C)		8.296.545.069		8.286.743.322
69	Custos e perdas extraordinários		79.880.160		63.619.967
	(E)		8.376.425.229		8.350.363.288
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		0		0
	(G)		8.376.425.229		8.350.363.288
88	Resultado líquido do exercício		-51.252.400		1.901.027.915
			8.325.172.829		10.251.391.203

9.2.4 Demonstração dos Resultados Consolidados, em 31 de dezembro – Proveitos e ganhos (SPA)

Pag.2 (Euros)

Código	Proveitos e ganhos	Ano de 2013		Ano de 2012	
71	Vendas e prestações de serviços:				
711	Vendas	7.881		1.140.006	
712	Prestações de serviços	182.359.820	182.367.701	271.097.313	272.237.319
72	Impostos, taxas e outros	1.593.061		2.375.195	
75	Trabalhos para a própria entidade	0		0	
73	Proveitos suplementares	956.183		910.106	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro	7.929.988.582		9.693.916.737	
742	Transferências correntes obtidas	47.034.275		38.193.239	
743	Subsídios correntes obtidos - outros entes públicos	804.618		624.092	
749	De outras entidades	87.900.768		85.631.222	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	43.682.733	8.111.960.220	68.333.896	9.889.984.487
	(B)		8.294.327.921		10.162.221.806
78	Proveitos e ganhos financeiros		489.059		1.748.293
	(D)		8.294.816.980		10.163.970.099
79	Proveitos e ganhos extraordinários		30.355.849		87.421.105
	(F)		8.325.172.829		10.251.391.203
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			-1.013.843		1.882.080.994
Resultados financeiros: [(D - B)] - [(C - A)] =			-714.247		-4.854.217
Resultados correntes: (D) - (C) =			-1.728.090		1.877.226.777
Resultados extraordinários			-49.524.310		23.801.138
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			-51.252.400		1.901.027.915
Imposto sobre o rendimento do exercício			0		0
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =			-51.252.400		1.901.027.915

9.2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados, em 31 de dezembro (SPA)

(em euros)

	Exercício 2013		Exercício 2012	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	226.094.880		242.855.540	
Pagamentos a fornecedores	7.665.663.539		8.600.163.810	
Pagamentos ao pessoal	899.496.850		819.507.809	
Fluxo gerado pelas operações	-8.339.065.509		-9.176.816.079	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	69.303.886		-31.544	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	3.432.852.154		752.208.118	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	-4.836.909.469		-8.424.576.417	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	516.103		-186.752.643	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	14.811.495		8.430.119	
Fluxos das actividades operacionais [1]		-4.851.204.861		-8.619.759.179
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	0		0	
Imobilizações corpóreas	2.843.345		36.155.003	
Imobilizações incorpóreas	492.936		0	
Juros e proveitos similares	368.422		4.043.340	
Dividendos	0		1.470.363	
Outros	3.034.149		0	
Subsídios ao investimento	336.677	7.075.530	4.426.896	46.095.602
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	0		0	
Imobilizações corpóreas	10.601.763		28.061.371	
Imobilizações incorpóreas	0		44.675	
Bens de domínio público	11.332.004	21.933.767	54.404.453	82.510.499
Fluxos das actividades de investimento [2]		-14.858.238		-36.414.897
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	0		0	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	0		0	
Subsídios e doações	5.624.375.496		7.817.840.173	
Venda de acções (quotas) próprias	0		0	
Outros	149.512		0	
Cobertura de prejuízos	0	5.624.525.008	1.314.700.893	9.132.541.066
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	0		0	
Amortização de contratos de locação financeira	0		0	
Juros e custos similares	7.156.708		6.137.947	
Dividendos	0		0	
Reduções de capital e prestações suplementares	0		0	
Aquisição de acções (quotas) próprias	0		0	
Outros	119.958.644	127.115.351	21.126.009	27.263.956
Fluxos das actividades de financiamento [3]		5.497.409.657		9.105.277.110
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		631.346.558		449.103.034
Efeito das diferenças de câmbio		3		0
Caixa e seus equivalentes no início do período		631.346.561		182.243.527
Caixa e seus equivalentes no fim do período		290.342.557		631.346.561

9.3 Setor Empresarial do Estado (SEE)

9.3.1 Balanço Consolidado, em 31 de dezembro – Ativo

Código	Rubricas	31-12-2013			31-12-2012
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público:			0	
451	Terrenos e recursos naturais	22.208.775	0	22.208.775	22.208.775
452	Edifícios	115.233.929	17.625.770	97.608.159	102.827.499
453	Outras construções e infra-estruturas	24.646	972	23.674	0
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0
459	Outros bens de domínio público	0	0	0	0
445	Imobilizações em curso de bens de domínio público	438.480		438.480	1.249.494
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0		0	0
		137.905.830	17.626.742	120.279.088	126.285.768
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	3.889.602	3.667.610	221.992	348.622
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	4.333.104	4.122.823	210.281	393.251
433	Propriedade industrial	319.093	255.646	63.447	2.814
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	582.200		582.200	828.086
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0		0	0
		9.124.000	8.046.080	1.077.921	1.572.773
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	172.114.243	11.653	172.102.591	167.433.062
422	Edifícios e outras construções	1.725.688.166	522.937.380	1.202.750.786	1.115.330.376
423	Equipamento básico	1.449.461.885	1.213.491.943	235.969.942	281.184.128
424	Equipamento de transporte	15.437.479	13.240.148	2.197.331	2.757.425
425	Ferramentas e utensílios	4.292.269	3.785.189	507.080	609.228
426	Equipamento administrativo	415.275.980	374.492.957	40.783.023	53.069.826
427	Taras e vasilhame	112.143	110.785	1.358	2.229
429	Outras imobilizações corpóreas	12.641.803	10.380.772	2.261.030	2.569.510
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	139.644.930		139.644.930	192.102.066
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1.209.472		1.209.472	2.057.424
		3.935.878.371	2.138.450.827	1.797.427.544	1.817.115.273
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	601	0	601	601
412	Obrigações e títulos de participação	0		0	0
414	Investimentos em imóveis	4.697.991	0	4.697.991	4.541.758
415	Outras aplicações financeiras	4.594	0	4.594	10.005.216
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros	0		0	0
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0		0	0
		4.703.186	0	4.703.186	14.547.576
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	142.297.620	1.452.521	140.845.099	145.984.072
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0	0	0	0
33	Produtos acabados e intermédios	131.311	0	131.311	131.311
32	Mercadorias	88.144	0	88.144	88.144
37	Adiantamentos por conta de compras	0		0	0
		142.517.076	1.452.521	141.064.555	146.203.528
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:	0	0	0	0
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos	0		0	0
211	Clientes, c/c	126.914.090	9.230.156	117.683.934	190.985.232
213	Utentes, c/c	7.496.504		7.496.504	7.373.530
215	Instituições do Estado	592.987.857		592.987.857	710.807.834
218	Clientes e utentes de cobrança duvidosa	133.978.408	133.978.408	0	854.579
251	Devedores pela execução do orçamento	0		0	0
229	Adiantamentos a fornecedores	9.311.344		9.311.344	5.899.385
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	2.390.725		2.390.725	1.790.359
24	Estado e outros entes públicos	7.070.685		7.070.685	14.963.625
262/3/4+266/7/8	Outros devedores	135.494.902	13.688.521	121.806.381	162.270.530
		1.015.644.514	156.897.085	858.747.429	1.093.235.915
	Títulos negociáveis:				
151	Acções	0	0	0	0
152	Obrigações e títulos de participação	0	0	0	0
153	Títulos da dívida pública	4.200.000		4.200.000	4.200.000
159	Outros títulos	35.776	0	35.776	35.776
18	Outras aplicações de tesouraria	41.900.000	0	41.900.000	41.900.000
		46.135.776	0	46.135.776	46.135.776
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
13	Conta no Tesouro	224.481.946		224.481.946	201.901.559
12	Depósitos em instituições financeiras	21.716.882		21.716.882	19.778.973
11	Caixa	452.401		452.401	363.304
		246.651.229	0	246.651.229	222.043.837
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	2.555.872.405		2.555.872.405	1.775.626.427
272	Custos diferidos	2.409.870		2.409.870	1.258.477
		2.558.282.275	0	2.558.282.275	1.776.884.904
	Total de amortizações		2.164.123.649		
	Total de provisões		158.349.606		
	Total do activo	8.096.842.258	2.322.473.255	5.774.369.003	5.244.025.349

9.3.2 Balanço Consolidado, em 31 de dezembro – Fundos Próprios e Passivo (SEE)

Código	Rubricas	Euros	
		31-12-2013	31-12-2012
	Fundos próprios:		
51	Património	1.905.619.227	1.905.619.227
56	Reservas de reavaliação	254.491.219	267.991.483
	Reservas:		
571	Reservas legais	31.728.781	29.458.878
572	Reservas estatutárias	55.548.074	54.765.579
574	Reservas livres	363.300.613	348.795.819
575	Subsídios	122.370.188	127.096.066
576	Doações	102.564.200	100.609.956
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	197.807.285	342.152.099
		873.319.141	1.002.878.396
59	Resultados transitados	-2.538.277.256	-2.331.631.765
88	Resultado líquido do exercício	-225.935.761	-341.305.059
	Total dos fundos próprios	269.216.570	503.552.283
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	53.708.879	50.080.359
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
23	Empréstimos obtidos	12.660.396	12.692.555
261	Fornecedores de imobilizado - leasing	3.513.941	12.692.555
		16.174.337	12.692.555
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
219	Adiantamentos de clientes, utentes e instituições MS	2.450.193.969	1.678.562.766
221	Fornecedores, c/c	1.239.162.188	1.279.009.191
228	Fornecedores - facturas em recepção e conferência	33.217.170	36.929.648
23	Empréstimos obtidos	461.739.404	459.552.223
252	Credores pela execução do orçamento	0	0
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	34.595.605	47.984.157
24	Estado e outros entes públicos	78.948.251	72.398.477
262/3/4+267/8	Outros credores	348.521.240	348.060.996
		4.646.377.827	3.922.497.458
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	523.965.356	481.131.890
274	Proveitos diferidos	264.926.035	274.070.803
		788.891.391	755.202.693
	Total do Passivo	5.505.152.433	4.740.473.066
	Total dos Fundos próprios e do Passivo	5.774.369.003	5.244.025.349

9.3.3 Demonstração dos Resultados Consolidados, em 31 de dezembro – Custos e perdas (SEE)

Pag.1 (Euros)

Código	Custos e perdas	Ano de 2013		Ano de 2012	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
612	Mercadorias	0		0	
616	Matérias	1.406.792.501		1.423.294.595	
62	Fornecimentos e serviços externos	791.820.532	2.198.613.034	820.010.873	2.243.305.468
64	Custos com o pessoal:				
641	Remunerações dos órgãos directivos	11.736.759		10.756.845	
642	Remunerações base de pessoal	2.059.948.588		2.054.115.932	
	Encargos sociais:				
643	Pensões	7.399.414		5.642.413	
645	Encargos sobre remunerações	444.686.653		366.249.866	
646	Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	5.390.252		4.998.795	
647	Encargos sociais voluntários	5.289.774		7.189.403	
648	Outros custos com o pessoal	8.455.541		7.143.712	
649	Estágios profissionais	116.328	2.543.023.309	7.935	2.456.104.902
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	81.690	81.690	6.060	6.060
66	Amortizações do exercício	157.559.592		159.799.618	
67	Provisões do exercício	18.747.953	176.307.545	32.419.925	192.219.544
65	Outros custos e perdas operacionais	4.745.148	4.745.148	5.627.751	5.627.751
	(A)		4.922.770.725		4.897.263.724
68	Custos e perdas financeiros		12.459.396		12.081.317
	(C)		4.935.230.121		4.909.345.041
69	Custos e perdas extraordinários		73.680.152		88.866.069
	(E)		5.008.910.273		4.998.211.111
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		6.592.565		5.943.744
	(G)		5.015.502.838		5.004.154.854
88	Resultado líquido do exercício		-225.935.761		-341.305.059
			4.789.567.078	0	4.662.849.796

9.3.4 Demonstração dos Resultados Consolidados, em 31 de dezembro – Proveitos e ganhos (SEE)

Pag.2 (Euros)

Código	Proveitos e ganhos	Ano de 2013		Ano de 2012	
71	Vendas e prestações de serviços:				
711	Vendas	1.527.233		1.233.496	
712	Prestações de serviços	4.375.005.788	4.376.533.021	4.300.427.940	4.301.661.436
72	Impostos, taxas e outros	1.099.405		438.707	
75	Trabalhos para a própria entidade	0		5.922	
73	Proveitos suplementares	15.323.760		16.099.806	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro	0		7.515	
742	Transferências correntes obtidas	1.967.123		9.226.450	
743	Subsídios correntes obtidos - outros entes públicos	1.728.650		905.981	
749	De outras entidades	2.672.478		2.684.793	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	180.310.613	203.102.030	178.339.876	207.709.050
	(B)		4.579.635.051		4.509.370.486
78	Proveitos e ganhos financeiros		11.359.397		37.294.850
	(D)		4.590.994.449		4.546.665.336
79	Proveitos e ganhos extraordinários		198.572.629		116.184.460
	(F)		4.789.567.078		4.662.849.796
Resumo:					
	Resultados operacionais: (B) - (A) =		-343.135.674		-387.893.238
	Resultados financeiros: [(D - B)] - [(C - A)] =		-1.099.999		25.213.533
	Resultados correntes: (D) - (C) =		-344.235.673		-362.679.705
	Resultados extraordinários		124.892.477		27.318.390
	Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		-219.343.196		-335.361.315
	Imposto sobre o rendimento do exercício		6.592.565		5.943.744
	Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =		-225.935.761		-341.305.059

9.3.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados, em 31 de dezembro (SEE)

(em euros)

	Exercício 2013		Exercício 2012	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	5.080.441.965		6.390.076.849	
Pagamentos a fornecedores	2.141.760.051		3.054.152.550	
Pagamentos ao pessoal	2.528.729.117		2.328.815.241	
Fluxo gerado pelas operações	409.952.798		1.007.109.058	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-2.440.122		11.198.450	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-99.837.577		-907.565.988	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	307.675.100		88.344.620	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	20.555.357		12.396.747	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	9.000.090		6.365.231	
Fluxos das actividades operacionais [1]		319.230.366		94.376.136
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	10.000.161		0	
Imobilizações corpóreas	1.177.308		4.733.101	
Imobilizações incorpóreas	0		0	
Juros e proveitos similares	6.188.035		20.628.562	
Dividendos	0		18.240.537	
Outros	1.934.967		0	
Subsídios de investimento	18.463.161	37.763.632	4.056.481	47.658.681
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	0		0	
Imobilizações corpóreas	56.087.917		105.385.388	
Imobilizações incorpóreas	566.166		230.339	
Bens de domínio público	30.782.034	87.436.117	29.672.406	135.288.133
Fluxos das actividades de investimento [2]		-49.672.485		-87.629.452
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	0		0	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	0		0	
Subsídios e doações	1.646.928		1.258.489	
Venda de acções (quotas) próprias	0		0	
Outros	1.842.900		1.023.485	
Cobertura de prejuizos	0	3.489.828		2.281.974
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	29.168		8.623.807	
Amortização de contratos de locação financeira	282.630		446.352	
Juros e custos similares	4.476.778		5.133.807	
Dividendos	0		0	
Reduções de capital e prestações suplementares	0		0	
Aquisição de acções (quotas) próprias	0		0	
Outros	85.317	4.873.894	43.009	14.246.975
Fluxos das actividades de financiamento [3]		-1.384.066		-11.965.001
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		268.173.815		-5.218.317
Efeito das diferenças de câmbio		5.797		62
Caixa e seus equivalentes no início do período		268.179.612		273.397.867
Caixa e seus equivalentes no fim do período		292.787.005		268.179.612

9.4 Setor Empresarial do Sistema Nacional de Saúde (MS-SEE)

9.4.1 Balanço Consolidado, em 31 de dezembro – Ativo

Código	Rubricas	31-12-2013			31-12-2012
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público:			0	
451	Terrenos e recursos naturais	22.208.775	0	22.208.775	22.208.775
452	Edifícios	115.233.929	17.625.770	97.608.159	102.827.499
453	Outras construções e infra-estruturas	24.646	972	23.674	0
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0
459	Outros bens de domínio público	0	0	0	0
445	Imobilizações em curso de bens de domínio público	438.480		438.480	1.249.494
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0		0	0
		137.905.830	17.626.742	120.279.088	126.285.768
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	3.889.602	3.667.610	221.992	348.622
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	4.333.104	4.122.823	210.281	451.680
433	Propriedade industrial	410.812	319.295	91.516	2.814
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	582.200		582.200	828.086
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0		0	0
		9.215.718	8.109.729	1.105.990	1.631.203
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	172.114.243	11.653	172.102.591	167.433.062
422	Edifícios e outras construções	1.725.716.304	522.946.086	1.202.770.218	1.115.352.622
423	Equipamento básico	1.449.516.112	1.213.503.545	236.012.567	281.200.606
424	Equipamento de transporte	15.437.479	13.240.148	2.197.331	2.757.425
425	Ferramentas e utensílios	4.292.269	3.785.189	507.080	609.228
426	Equipamento administrativo	415.566.821	374.613.323	40.953.499	53.138.320
427	Taras e vasilhame	112.143	110.785	1.358	2.229
429	Outras imobilizações corpóreas	12.641.803	10.380.772	2.261.030	2.569.510
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	139.644.930		139.644.930	192.102.066
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1.209.472		1.209.472	2.057.424
		3.936.251.578	2.138.591.501	1.797.660.077	1.817.222.491
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	601	0	601	601
412	Obrigações e títulos de participação	0	0	0	0
414	Investimentos em imóveis	4.697.991	0	4.697.991	4.541.758
415	Outras aplicações financeiras	4.594	0	4.594	10.005.216
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros	0		0	0
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0		0	0
		4.703.186	0	4.703.186	14.547.576
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	142.297.620	1.452.521	140.845.099	145.984.072
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0	0	0	0
33	Produtos acabados e intermédios	131.311	0	131.311	131.311
32	Mercadorias	88.144	0	88.144	88.144
37	Adiantamentos por conta de compras	0		0	0
		142.517.076	1.452.521	141.064.555	146.203.528
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:	0	0	0	0
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos	0		0	0
211	Clientes, c/c	126.914.090	9.230.156	117.683.934	191.855.318
213	Utentes, c/c	7.496.504		7.496.504	7.373.530
215	Instituições do Estado	598.476.162		598.476.162	710.807.834
218	Clientes e utentes de cobrança duvidosa	133.978.408	133.978.408	0	-854.579
251	Devedores pela execução do orçamento	0		0	0
229	Adiantamentos a fornecedores	9.311.344		9.311.344	5.899.385
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	2.390.725		2.390.725	1.790.359
24	Estado e outros entes públicos	7.070.685		7.070.685	15.799.340
262/3/4+266/7/8	Outros devedores	137.182.496	13.688.521	123.493.975	162.276.205
		1.022.820.414	156.897.085	865.923.329	1.094.947.392
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0	0	0	0
152	Obrigações e títulos de participação	0	0	0	0
153	Títulos da dívida pública	4.200.000		4.200.000	4.200.000
159	Outros títulos	35.776	0	35.776	35.776
18	Outras aplicações de tesouraria	41.900.000	0	41.900.000	41.900.000
		46.135.776	0	46.135.776	46.135.776
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
13	Conta no Tesouro	224.481.946		224.481.946	214.775.781
12	Depósitos em instituições financeiras	34.107.368		34.107.368	19.780.275
11	Caixa	452.401		452.401	364.086
		259.041.715	0	259.041.715	234.920.142
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proventos	2.556.995.486		2.556.995.486	1.776.068.082
272	Custos diferidos	2.409.870		2.409.870	1.274.743
		2.559.405.356		2.559.405.356	1.777.342.826
	Total de amortizações		2.164.327.972		
	Total de provisões		158.349.606		
	Total do activo	8.117.996.649	2.322.677.578	5.795.319.071	5.259.236.700

9.4.2 Balanço Consolidado, em 31 de dezembro – Fundos Próprios e Passivo (MS-SEE)

		Euros	
Código	Rubricas	31-12-2013	31-12-2012
	Fundos próprios:		
51	Património	1.911.619.227	1.911.619.227
56	Reservas de reavaliação	254.491.219	267.991.483
	Reservas:		
571	Reservas legais	31.728.781	29.458.878
572	Reservas estatutárias	55.548.074	54.765.579
574	Reservas livres	363.300.613	348.795.819
575	Subsídios	122.370.188	127.096.066
576	Doações	102.564.200	100.609.956
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	197.807.285	342.152.099
		873.319.141	1.002.878.396
59	Resultados transitados	-2.538.089.082	-2.331.849.003
88	Resultado líquido do exercício	-221.978.619	-340.910.804
	Total dos fundos próprios	279.361.886	509.729.300
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	56.308.879	52.680.359
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
23	Empréstimos obtidos	12.660.396	12.692.555
261	Fornecedores de imobilizado - leasing	3.513.941	
		16.174.337	12.692.555
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
219	Adiantamentos de clientes, utentes e instituições MS	2.450.193.969	1.678.562.766
221	Fornecedores, c/c	1.244.121.622	1.282.819.426
228	Fornecedores - facturas em recepção e conferência	33.217.170	36.929.648
23	Empréstimos obtidos	461.739.404	459.552.223
252	Credores pela execução do orçamento	0	0
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	34.595.605	48.030.051
24	Estado e outros entes públicos	80.884.506	72.934.011
262/3/4+267/8	Outros credores	349.830.303	348.061.988
		4.654.582.579	3.926.890.113
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	523.965.356	483.173.569
274	Proveitos diferidos	264.926.035	274.070.803
		788.891.391	757.244.372
	Total do Passivo	5.515.957.185	4.749.507.400
	Total dos Fundos próprios e do Passivo	5.795.319.071	5.259.236.700

9.4.3 Demonstração dos Resultados Consolidados, em 31 de dezembro – Custos e perdas (MS-SEE)

Pag.1 (Euros)

Código	Custos e perdas	Ano de 2013		Ano de 2012	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
612	Mercadorias	0		16.994	
616	Matérias	1.406.792.501		1.423.294.595	
62	Fornecimentos e serviços externos	822.103.557	2.228.896.058	849.442.146	2.272.753.735
64	Custos com o pessoal:				
641	Remunerações dos órgãos directivos	11.915.632		10.756.845	
642	Remunerações base de pessoal	2.066.460.867		2.060.099.298	
	Encargos sociais:				
643	Pensões	7.399.414		5.642.413	
645	Encargos sobre remunerações	446.123.374		367.677.710	
646	Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	5.409.643		4.998.795	
647	Encargos sociais voluntários	5.289.774		7.189.403	
648	Outros custos com o pessoal	8.570.455		7.143.712	
649	Estágios profissionais	116.328	2.551.285.487	7.935	2.463.516.111
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	81.690	81.690	6.060	6.060
66	Amortizações do exercício	157.688.487		159.868.308	
67	Provisões do exercício	18.747.953	176.436.441	35.019.925	194.888.233
65	Outros custos e perdas operacionais	4.829.945	4.829.945	5.731.201	5.731.201
	(A)		4.961.529.620		4.936.895.340
68	Custos e perdas financeiros		12.459.396		12.081.697
	(C)		4.973.989.016		4.948.977.037
69	Custos e perdas extraordinários		73.680.152		88.866.069
	(E)		5.047.669.168		5.037.843.106
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		8.295.893		6.016.015
	(G)		5.055.965.060		5.043.859.121
88	Resultado líquido do exercício		-221.978.619		-340.910.804
			4.833.986.442	0	4.702.948.317

9.4.4 Demonstração dos Resultados Consolidados, em 31 de dezembro – Proveitos e ganhos (MS-SEE)

Pag.2 (Euros)

Código	Proveitos e ganhos	Ano de 2013		Ano de 2012	
71	Vendas e prestações de serviços:				
711	Vendas	1.527.233		1.250.487	
712	Prestações de serviços	4.417.845.230	4.419.372.463	4.340.382.501	4.341.632.988
72	Impostos, taxas e outros	1.099.405		438.707	
75	Trabalhos para a própria entidade	0		5.922	
73	Proveitos suplementares	15.377.750		16.099.806	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro	0		7.515	
742	Transferências correntes obtidas	1.967.123		9.226.450	
743	Subsídios correntes obtidos - outros entes públicos	1.728.650		905.981	
749	De outras entidades	2.672.478		2.684.793	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	180.310.613	203.156.019	178.443.559	207.812.734
	(B)		4.622.528.483		4.549.445.721
78	Proveitos e ganhos financeiros		11.359.397		37.318.136
	(D)		4.633.887.880		4.586.763.857
79	Proveitos e ganhos extraordinários		200.098.562		116.184.460
	(F)		4.833.986.442		4.702.948.317
Resumo:					
	Resultados operacionais: (B) - (A) =		-339.001.137		-387.449.619
	Resultados financeiros: [(D - B)] - [(C - A)] =		-1.099.999		25.236.439
	Resultados correntes: (D) - (C) =		-340.101.136		-362.213.179
	Resultados extraordinários		126.418.410		27.318.390
	Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		-213.682.726		-334.894.789
	Imposto sobre o rendimento do exercício		8.295.893		6.016.015
	Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =		-221.978.619		-340.910.804

9.4.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados, em 31 de dezembro (MS-SEE)

(em euros)

	Exercício 2013		Exercício 2012	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	5.128.029.418		6.442.095.495	
Pagamentos a fornecedores	2.179.440.498		3.088.857.712	
Pagamentos ao pessoal	2.533.495.762		2.332.770.184	
Fluxo gerado pelas operações	415.093.158		1.020.467.599	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-3.578.832		-11.203.666	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-347.897.265		-913.252.540	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	63.617.061		96.011.393	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	20.555.357		12.396.757	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	9.000.090		6.365.231	
Fluxos das actividades operacionais [1]		75.172.327		102.042.919
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	10.000.161		0	
Imobilizações corpóreas	1.177.308		4.733.101	
Imobilizações incorpóreas	0		0	
Juros e proveitos similares	6.188.035		18.240.537	
Dividendos	0		0	
Outros	1.934.967		4.056.481	
Subsídios de investimento	18.463.161	37.763.632	20.628.552	47.658.671
Pagamentos respeitantes a:	0		0	
Investimentos financeiros	56.087.917		105.385.388	
Imobilizações corpóreas	566.166		230.339	
Imobilizações incorpóreas	30.782.034	87.436.117	29.672.406	135.288.133
Bens de domínio público				
Fluxos das actividades de investimento [2]		-49.672.485		-87.629.462
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	0		0	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	0		0	
Subsídios e doações	1.646.928		1.258.489	
Venda de acções (quotas) próprias	0		0	
Cobertura de prejuízos	1.842.900		0	
Outros	0	3.489.828	1.023.485	2.281.974
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	29.168		8.623.807	
Amortização de contratos de locação financeira	282.630		446.352	
Juros e custos similares	4.476.778		5.133.807	
Dividendos	0		0	
Reduções de capital e prestações suplementares	0		0	
Aquisição de acções (quotas) próprias	0		0	
Outros	85.317	4.873.894	43.009	14.246.975
Fluxos das actividades de financiamento [3]		-1.384.066		-11.965.001
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		24.115.776		2.448.456
Efeito das diferenças de câmbio		5.797		64
Caixa e seus equivalentes no início do período		281.055.918		278.607.398
Caixa e seus equivalentes no fim do período		305.177.491		281.055.918